



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 45/2014**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**PROCESSO N.º 08190.069434/14-42**

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, sediado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, em Brasília/DF, torna público que realizará licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando recursos de tecnologia da informação – INTERNET, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço global, **no dia 23 de maio de 2014, às 14 (Quatorze) horas**, ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, por meio do endereço eletrônico **www.comprasnet.gov.br**, para a prestação dos serviços especificados nos Anexos deste Edital, cuja documentação e proposta, após o encerramento da etapa de lances, deverão ser entregues no endereço **Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, CEP 70091-900, Brasília/DF**. A licitação será regida pelas Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/1993, Decretos n.ºs 3.555/2000 e 5.450/2005, e IN/MARE n.º 2/2008.

**CAPÍTULO I - CONDIÇÕES PRELIMINARES**

1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) do MPDFT, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica.

**CAPÍTULO II - DO OBJETO**

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT, conforme especificações constantes dos Anexos abaixo relacionados, que fazem parte deste Edital:

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo II – Planilha de Custos e Formação de Preços (Modelo de Proposta)
- Anexo III – Uniforme (Preços Unitários Máximos)
- Anexo IV – Declaração de Fatos Impeditivos
- Anexo V – Declaração de que não emprega menor, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição (conforme Anexo do Decreto n.º 4.358/02)
- Anexo VI – Declaração de Parentesco (conforme Resolução CNMP n.º 37/2009 e posteriores alterações)
- Anexo VII – Declaração de Elaboração Independente de Proposta (conforme § 2º do artigo 1º da Instrução Normativa - SLTI/MPOG n.º 2, de 16 de setembro de 2009)
- Anexo VIII – Quadro Demonstrativo de Percentuais para Aplicação de Multas
- Anexo IX – Formulário (Dados para assinatura do Contrato)
- Anexo X – Minuta de Contrato

**2. O Anexo II está disponível no site [www.mpdft.mp.br](http://www.mpdft.mp.br), bem como no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.**

**2.1.** Dificuldades eventuais para a obtenção desse Anexo devem ser comunicadas por e-mail para o seguinte endereço: [pregaoeletronico@mpdft.mp.br](mailto:pregaoeletronico@mpdft.mp.br).

### **CAPÍTULO III - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**1.** Poderão participar desta licitação Pessoas Jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste Edital e seus Anexos, que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**2.** Não poderão participar deste Pregão:

- 2.1.** consórcio de empresas;
- 2.2.** cooperativas (nos casos dos serviços terceirizados enumerados na cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o MPT e a União);
- 2.3.** empresas concordatárias, em recuperação judicial ou que hajam tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;
- 2.4.** empresas prestadoras de serviços que tenham como sócios, gerentes ou diretores, membro ou servidor em exercício no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ocupante de cargo de direção no Ministério Público da União, servidores cedidos ou colocados à disposição deste Ministério por Órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, em linha reta, colateral ou por afinidade, dos respectivos membros e servidores do Ministério Público, da União e dos Estados, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e Órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, conforme dispõe a Resolução n.º 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, e posteriores alterações;

- 2.5. empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o MPDFT, durante o prazo da sanção aplicada; declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação; impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
  - 2.6. o autor do projeto, básico ou executivo;
  - 2.7. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
  - 2.8. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
3. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118 da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, o licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que, por ventura, venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- 3.1. O licitante optante pelo Simples Nacional, que por ventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- 3.2. Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
4. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra, de que trata o item 3 acima, não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

#### **CAPÍTULO IV - DO CREDENCIAMENTO**

1. Para ter acesso ao sistema eletrônico o licitante deve dispor de chave de identificação e de senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema no sítio **www.comprasnet.gov.br**, onde também poderá informar-se a respeito do funcionamento e do regulamento do sistema e receber instruções detalhadas para a correta utilização desses dispositivos.

2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor ou ao Órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
4. O credenciamento e a sua manutenção requerem registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) que, também, será requisito para fins de habilitação, consoante o estabelecido no inciso I do art. 13 do Decreto nº 5.450/05.
5. O fornecedor descredenciado do SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.
6. Nenhuma pessoa, mesmo que credenciada mediante procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação.

## **CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
2. O licitante declarará quando do encaminhamento da proposta o conhecimento e concordância com as exigências previstas no Edital. O proponente declarará ainda, no sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se a sanções legais na hipótese de declaração falsa.
3. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios ou não atendimento das demandas formuladas pelo MPDFT face à inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
4. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e para que estas possam gozar dos benefícios previstos nos Capítulos V e VI da referida Lei é necessário que, à época do cadastramento da proposta, declarem no próprio sistema que cumprem plenamente os requisitos para essa classificação.
5. Quem prestar declaração falsa no documento de que trata o item anterior sujeitar-se-á às penalidades previstas no Capítulo XIII deste Edital.

## **CAPÍTULO VI - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do Pregão, mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico **pregaoeletronico@mpdft.mp.br**.
  - 1.1. No caso de impugnações protocoladas por escrito, também deverão ser disponibilizadas em meio magnético (**CD**) **ou** através do endereço eletrônico **pregaoeletronico@mpdft.mp.br**, face à obrigatoriedade da publicação, **no Sistema COMPRASNET**, do pedido de impugnação juntamente com a decisão emitida pelo Pregoeiro.

2. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame, no caso da alteração havida ocasionar mudanças na formulação da proposta, conforme disposto no § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93.
3. A decisão adotada pela Administração será divulgada no COMPRASNET.
4. Os pedidos de **esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço **pregaoeletronico@mpdft.mp.br**.
5. Todas as questões relativas à realização do presente certame licitatório, independentemente de sua natureza ou espécie, serão respondidas e/ou divulgadas, exclusivamente, por meio do Sistema COMPRASNET.

## **CAPÍTULO VII - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

1. A partir do horário previsto no Edital a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro.
2. Até a abertura da sessão os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada.
3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital ou que apresentem irregularidades insanáveis.
5. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
6. A ausência do detalhamento do objeto no campo “Descrição Detalhada do Objeto” não acarretará a desclassificação da proposta da licitante, podendo tal falha ser sanada mediante realização de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações.
7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

## **CAPÍTULO VIII - DA ETAPA DE LANCES**

1. Classificadas as propostas o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
2. Aberta a etapa competitiva os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e devidamente registrado pelo sistema.
4. O intervalo mínimo para envio de lances por um mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos. Os lances enviados em prazo inferior ao estipulado serão descartados automaticamente pelo sistema. (Instrução Normativa SLTI nº 3, de 16/12/2011).

5. No caso de serem ofertados dois ou mais lances iguais, para efeito de classificação das propostas prevalecerá aquele que tenha sido recebido e registrado primeiro pelo sistema.
6. Durante a sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
7. Durante a fase de lances o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
8. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
9. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a etapa de lances.
10. Não será admitida a desistência da proposta/lance após o início ou o encerramento da fase de lances.
11. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
12. Em caso de desconexão, observar o disposto nos parágrafos décimo e décimo primeiro do art. 24 do Decreto n.º 5.450/2005. O Pregoeiro irá analisar e decidir acerca da possibilidade de suspender o Pregão, caso verifique transtornos ou impedimentos ao bom andamento da etapa competitiva do certame.
13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **CAPÍTULO IX - DA ETAPA DE JULGAMENTO**

1. No julgamento das propostas a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**.
2. **Os preços ofertados devem estar compatíveis com os praticados no mercado, sendo desclassificadas, após a etapa de lances, as propostas com preço global anual superior a R\$ 778.967,95 (setecentos e setenta e oito mil novecentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos) ou, ainda, que apresentarem preços superiores àqueles constantes do Anexo III do presente Edital.**
  - 2.1. **A empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar a Planilha de que trata o Anexo II deste Edital, que deverá ser composta por todas as Planilhas disponíveis no arquivo constante do link Modelo de Proposta, consoante Anexo II deste Edital.**
  - 2.2. Serão igualmente desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, na forma definida pelo artigo 48 da Lei nº. 8.666/93,



preços baseados em cotações de outros licitantes ou, ainda, que desatendam a quaisquer das exigências contidas no presente Edital.

- 2.3. A proposta deve apresentar preços unitários e totais, expressos em R\$ (reais), com duas casas decimais, tanto em algarismos como por extenso. Em caso de divergência entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos.
  - 2.4. A proposta deve discriminar pormenorizadamente o objeto cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos.
  - 2.5. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
3. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas de acordo com o menor preço apresentado, se a licitante classificada em primeiro lugar não for uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte o sistema procederá à verificação se alguma licitante ME ou EPP ofereceu lance final com preço até 5% superior ao melhor registrado. Havendo licitante nessa condição o sistema facultará à mais bem classificada oportunidade de ofertar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, nova proposta inferior àquela inicialmente vencedora da fase de lances. Havendo proposta, esta será considerada vencedora.
    - 3.1. Não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na condição apresentada no item anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita no item 3 acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
    - 3.2. A ME ou EPP que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
  4. Caso a primeira classificada seja uma “microempresa” ou “empresa de pequeno porte”, conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, será ela considerada vencedora e o Pregoeiro dará início à fase de “HABILITAÇÃO”.
  5. Não ocorrendo a apresentação de propostas menores que a da primeira classificada não ME ou EPP, nos termos do item 3, essa será considerada vencedora.
  6. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade com o objeto licitado e as regras editalícias, bem como a habilitação do participante, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  7. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço e o licitante será declarado vencedor do certame, sendo convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido neste Edital.
  8. O licitante vencedor deverá encaminhar, pelo *link* “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, ou pelo endereço eletrônico [pregaoeletronico@mpdft.mp.br](mailto:pregaoeletronico@mpdft.mp.br), ou pelo fax (61)3321-5926, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento da etapa de lances**, proposta de preços/planilha de custos, especificando, inclusive, o regime tributário da proponente, com os respectivos valores ajustados ao lance vencedor.

- 8.1.** Não será admitido, em nenhuma hipótese, sob pena de desclassificação, que a proposta/planilha ajustada ao lance vencedor apresente preços para serviços, encargos, insumos, materiais e/ou outros associados superiores aos valores dos lances finais ofertados na licitação.
- 9.** O original da proposta de preços/planilha de custos deverá ser encaminhado ao endereço constante no preâmbulo deste Edital, impreterivelmente no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do encerramento da etapa de lances.
- 10.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 10.1.** Na ausência de indicação expressa do prazo de validade considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias.
- 11.** No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos relacionados com fretes, salários, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, tributos e contribuições, e todos os demais impostos, taxas e outras despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão do contrato a ser assinado, além dos materiais consumíveis e a depreciação dos equipamentos e bens duráveis, quando for o caso.

**OBSERVAÇÃO:** A não determinação de valores para quaisquer itens da Planilha de Custos e Formação de Preços será interpretada como liberalidade da empresa em não repassar tais custos para o contrato, mantendo-o exequível. Desta forma, a ausência de cotações para determinados itens da planilha não é motivo para desclassificação de licitante e esse, caso venha a ser contratado, não poderá alegar ter se equivocado na cotação dos preços, tendo que suportar o ônus de sua proposta, sob pena de responsabilização, na forma do Capítulo XIII deste Edital.

## **CAPÍTULO X - DA HABILITAÇÃO**

- 1.** Encerrada a etapa de lances, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro procederá imediatamente após o recebimento da documentação a verificação do atendimento das condições de habilitação do licitante.
- 2.** Para habilitação no presente Pregão serão exigidos os seguintes documentos:

### **2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a)** cédula de identidade;
- b)** registro comercial, no caso de empresa individual;
- c)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a)** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, respectivamente, em conjunto, nos termos da IN/RFB n.º 734/07 e do Decreto n.º 6.106/2007), Estadual ou Distrital e Municipal, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de FGTS - CRF);
- e) prova de regularidade para com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

### 2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, comprovando, cumulativamente, que possui os seguintes índices:

- a.1) Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um);

$$(i) LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > 1$$

$$(ii) SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > 1$$

$$(iii) LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$$

- a.2) Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro (ativo circulante - passivo circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- b) Comprovação de Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, por meio do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura desta licitação.
- c) Sociedade criada no exercício em curso poderá apresentar fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- d) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.

## 2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) **Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional**, emitido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa tenha prestado ou esteja prestando atividade pertinente e compatível em características e prazos com os serviços de atendimento telefônico, na forma especificada no Anexo I do presente Edital, onde conste, no mínimo, 10 (dez) telefonistas.
3. Será consultada a existência de registros impeditivos da contratação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF); no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União – CGU; e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
  4. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
  5. Declaração da licitante, inserta no Sistema COMPRASNET, na forma prevista no modelo “A”, anexo ao Decreto nº 4.358/02, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei n.º 9.854/99).
  6. As demonstrações contábeis a serem apresentadas para verificação do atendimento das exigências previstas na alínea “a” do subitem 2.3 também servirão para comprovação de enquadramento das licitantes que tenham declarado no sistema que estão amparadas pelo art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.
  7. Caso algum dos documentos de habilitação venha a perder a validade no curso da licitação o Pregoeiro poderá, conforme lhe faculta o § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
  8. Os documentos relativos aos requisitos de habilitação não contemplados no SICAF deverão ser remetidos juntamente com a proposta pelo *link* “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, ou pelo endereço eletrônico [pregaoeletronico@mpdft.mp.br](mailto:pregaoeletronico@mpdft.mp.br), ou pelo fax (61)3321-5926, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento da etapa de lances, com posterior encaminhamento do(s) original(is) ou cópia autenticada ao endereço constante no preâmbulo deste Edital no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do encerramento da etapa de lances.**
    - 8.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, a licitante deverá encaminhar, juntamente com a documentação exigida no Edital, Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela Junta Comercial do domicílio da licitante.
  9. As licitantes que apresentarem Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido por qualquer órgão ou entidade pública poderão ser dispensadas de apresentar os documentos contemplados no referido Certificado, devendo observar as exigências previstas neste Edital.
  10. A licitante deverá declarar, no Sistema COMPRASNET, quaisquer fatos impeditivos e supervenientes à inscrição cadastral impeditivos de sua habilitação.

11. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
  - 11.1. A não regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas no subitem 11 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
12. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.
13. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
14. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

## **CAPÍTULO XI - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema COMPRASNET, no prazo de pelo menos 30 (trinta) minutos, a intenção de recurso.
  - 1.1. A falta de manifestação quanto ao resultado do certame, na forma prevista no item 1 deste Capítulo, importará preclusão do direito recursal.
2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
3. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo específico disponibilizado pelo Sistema COMPRASNET, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões, também via COMPRASNET, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada **vista** imediata dos **autos** no endereço **Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, CEP 70091-900, Brasília/DF**.
  - 3.1. **Não serão reconhecidos recursos e contra-razões entregues por escrito ou enviados por fac-símile ou e-mail, sendo admitidos, apenas, os postados diretamente em campo específico disponibilizado pelo sistema COMPRASNET.**
4. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
5. Declarada a vencedora da licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interpor recurso, ou julgados os que interpostos forem, será o procedimento submetido ao Titular da Unidade para homologação.
6. Encerrada a sessão pública a Ata respectiva será disponibilizada imediatamente na internet para acesso livre de todos os licitantes e da sociedade.

## **CAPÍTULO XII - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

1. A empresa deverá apresentar, juntamente com a proposta:
  - a) Declaração em cumprimento à exigência da Resolução n.º 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público e posteriores alterações, conforme modelo constante do Anexo VI.
  - b) Declaração de Elaboração Independente da Proposta, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 1º da Instrução Normativa - SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009, conforme modelo constante do Anexo VII.
2. A empresa vencedora do certame, se contratada, ficará impedida de utilizar na prestação dos serviços empregados que sejam parentes, até o terceiro grau, dos membros ou servidores do MPDFT.

## **CAPÍTULO XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. O MPDFT poderá, garantida a defesa prévia, aplicar sanções administrativas à CONTRATADA, nos termos dos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.
2. No caso de inexecução total ou parcial do contrato poderão ser aplicadas as seguintes sanções:
  - I. advertência;
  - II. multa, na forma estabelecida no Anexo VIII deste Edital;
  - III. impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no contrato e demais cominações legais, com o consequente descredenciamento no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 a Contratada que:
    - a) apresentar documentação falsa;
    - b) comportar-se de modo inidôneo;
    - c) fizer declaração falsa;
    - d) cometer fraude fiscal;
    - e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
    - f) ensejar o retardamento da execução do objeto.
  - IV. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
    - 2.1. Será aplicável, cumulativamente ou não com as sanções previstas nos itens I e IV, multa de 10% (dez por cento) por inexecução do contrato, sobre o valor total da contratação.
3. No caso de não-recolhimento do valor da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou será cobrada judicialmente a dívida, consoante o disposto no § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

4. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas neste Edital, em especial aqueles previstos nos incisos III e IV do item 3 deste Capítulo, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.
5. Fica, também, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e demais cominações legais, com o consequente descredenciamento no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 o licitante que:
  - a) não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
  - b) deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
  - c) apresentar documentação falsa;
  - d) não mantiver a proposta;
  - e) comportar-se de modo inidôneo;
  - f) fizer declaração falsa;
  - g) cometer fraude fiscal.

#### **CAPÍTULO XIV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. A despesa decorrente da prestação dos serviços objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados ao MPDFT no Orçamento Geral da União para o exercício de 2014, observada a classificação seguinte: Programa de Trabalho 03062058142610053, Fonte do Recurso 100 e Elemento de Despesa 339037.

#### **CAPÍTULO XV - DA GARANTIA**

1. A licitante vencedora entregará ao MPDFT, no prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato ou de instrumento equivalente, garantia numa das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93, no valor corresponde a 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, quando esta for superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual e complementada no caso de acréscimo previsto no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, observadas as condições previstas na Minuta de Contrato constante do Anexo X deste Edital.
2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
  - a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
  - d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.
3. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item anterior.
4. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Edital e das cláusulas contratuais.

5. O MPDFT não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
  - a) caso fortuito ou força maior;
  - b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
  - c) descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
  - d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
6. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas “c” e “d” do item anterior, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo MPDFT, bem como de processo administrativo instaurado pelo MPDFT com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
7. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 5 acima.
8. A CONTRATADA se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total e, ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data em que for notificada pelo MPDFT, mediante correspondência entregue contra recibo.
9. O prazo de validade da garantia será de 15 (quinze) meses, sendo restituída ou liberada após a atestação da inexistência de responsabilidade da CONTRATADA no pagamento de multa e/ou ressarcimento de danos ao MPDFT e/ou a terceiros e comprovação de quitação do pagamento das verbas rescisórias trabalhistas decorrentes do contrato, ficando a devolução da garantia condicionada à comprovação da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.
10. Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento das verbas rescisórias constante do item anterior até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual ou da rescisão, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo MPDFT, conforme estabelecido no art. 35, parágrafo único, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008.
11. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro.
12. Em se tratando de caução em títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.
13. Os depósitos para garantia serão obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal, à ordem do Diretor-Geral do MPDFT, conforme estabelecido no Decreto nº 93.872/1986.
14. A garantia não poderá ser concedida de forma proporcional ao seu prazo de vigência, sendo vedado constar a expressão: seguintes à excussão dos bens do afiançado ou outra expressão equivalente.

## **CAPÍTULO XVI - DO PAGAMENTO**

1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, pelos serviços efetivamente prestados, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, por meio de depósito na conta-corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de fatura ou nota fiscal dos serviços.



2. A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.
3. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, juntamente com a nota fiscal dos serviços prestados, cópia dos recibos dos pagamentos de férias e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, relativos aos empregados utilizados na execução do objeto contratual e referentes ao mês imediatamente anterior àquele a que disser respeito a nota fiscal, sem os quais não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas.
4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

5. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/86.
6. Ao MPDFT fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução dos serviços, estes não estiverem em perfeitas condições e a empresa não demonstrar situação de regularidade de acordo com as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.
7. Do montante devido à CONTRATADA poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas e/ou indenizações impostas pelo MPDFT.
8. Serão glosados dos pagamentos mensais os valores correspondentes às ausências de trabalhadores não cobertas por substitutos, considerando-se para cada ausência o valor correspondente a um trinta avos do custo mensal do posto de trabalho.
9. Com base na Súmula n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho, visando à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, o MPDFT poderá optar por depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores envolvidos na execução do contrato, em consonância com o disposto no art. 19-A, e a prescrição constante do anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2/2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:
  - a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
  - b) parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
  - c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais;
  - d) férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
  - e) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

10. As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este Capítulo poderão ser destacadas do valor mensal do contrato e depositados na citada conta vinculada, aberta em nome da CONTRATADA, junto à instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação.
11. O montante de que trata o aviso prévio trabalhado deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato.
12. A movimentação da conta vinculada será efetivada somente mediante autorização por escrito do MPDFT, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.
13. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização ao MPDFT para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados, ocorridas durante a vigência do Contrato:
  - a) para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao MPDFT os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento;
  - b) após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o MPDFT emitirá a autorização para a movimentação, dirigida à instituição financeira oficial no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.
14. A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, o comprovante das transferências bancárias porventura realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
15. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados.
16. Poderá o MPDFT providenciar a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados à execução do Contrato, observada a legislação específica, com amparo no inciso II do art. 19-A da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2/2008.
17. O MPDFT poderá efetivar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados vinculados ao contrato, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, com amparo no inciso IV do art. 19-A da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2/2008.
18. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.
19. Os eventuais reajustes serão concedidos na forma prevista na Minuta de Contrato, Anexo X do presente Edital.

## **CAPÍTULO XVII - DO CONTRATO**

1. Quando o valor da contratação for igual ou inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) o MPDFT poderá dispensar o instrumento de contrato, substituindo-o por outro instrumento hábil, na forma preconizada pelo art. 62 da Lei nº 8.666/93.

2. Uma vez notificada de que o MPDFT efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis seguintes à notificação para assinar o termo de contrato ou retirar instrumento equivalente, conforme Minuta constante no Anexo X deste Edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XIII deste Edital.
3. O contrato eventualmente firmado em decorrência desta licitação poderá, a critério do MPDFT, ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

## **CAPÍTULO XVIII - DA REPACTUAÇÃO**

1. O contrato poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano, a contar da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta ou à época da última repactuação e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.
2. O pedido de repactuação deverá ser precedido da demonstração analítica da variação dos custos do contrato e instruído com toda a documentação que o justifique, devendo, ainda, ser acompanhado de planilha de composição de preços em formato idêntico ao daquela apresentada por ocasião do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão de antecipações e benefícios não previstos originariamente.
3. A CONTRATADA deverá exercer o direito à repactuação da data da homologação da convenção, acordo ou dissídio coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida por este contrato, até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar o contrato.
4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

## **CAPÍTULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. Será sumariamente desclassificada a licitante que no transcorrer deste Pregão, independentemente de forma ou natureza e, sob qualquer pretexto, adotar meios que possam tornar pública a sua participação no certame.
2. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.
3. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Pregão.
4. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do Pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
6. No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade

jurídica, mediante despacho fundamentado acostado aos autos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

- 7. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e a documentação exigidas no Edital, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.**
8. O objeto deste Pregão poderá ter acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei nº 8.666/93.
9. A contagem dos prazos constantes deste Edital reger-se-á em conformidade com o disposto no art. 110 da Lei nº 8.666/93.
10. Havendo indícios de que os questionamentos, recursos ou impugnações tenham caráter meramente protelatório ou que visem tumultuar ou procrastinar o processo licitatório, o Pregoeiro encaminhará cópia dos autos à Promotoria de Brasília para as providências cabíveis.
11. Todas as questões relativas à realização do presente certame licitatório, independentemente de sua natureza ou espécie, serão respondidas e/ou divulgadas, exclusivamente, por meio do Sistema COMPRASNET.
- 12. Em caso de divergência entre as especificações insertas no SIASGnet/Comprasnet e as especificações contidas neste Edital, prevalecerão as constantes deste último.**
13. Eventuais dificuldades na remessa de documentos ou na transmissão de fax poderão ser comunicadas no período das 10h às 19h, no endereço Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, CEP 70091-900, Brasília/DF, ou pelos telefones (61)3343-9370 e 3343-9077.
14. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.
15. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília/DF, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília, 9 de maio de 2014.

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM  
Pregoeira MPDFT

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. Objeto**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, em conformidade com o especificado neste Termo de Referência.

#### **2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços consistem na execução de atividades operacionais de atendimento e efetivação de ligações telefônicas a partir da Central Telefônica, compreendendo as seguintes atribuições:

##### **2.1. Atendimento ao cliente:**

- 2.1.1.** Identificar-se (nome do atendente).
- 2.1.2.** Identificar a necessidade do cliente.
- 2.1.3.** Transferir chamadas internas e externas.

##### **2.2. Prestar serviços:**

- 2.2.1.** Direcionar cliente a outros serviços.

##### **2.3. Fornecer informações:**

- 2.3.1.** Pesquisar banco de dados telefônico.
- 2.3.2.** Informar alteração de número telefônico.
- 2.3.3.** Informar ramais.
- 2.3.4.** Informar códigos de área nacionais e internacionais.
- 2.3.5.** Informar horário de atendimento.

##### **2.4. Operar equipamentos:**

- 2.4.1.** Operar plataforma de atendimento telefônico.
- 2.4.2.** Operar PABX.
- 2.4.3.** Lançar ligações manualmente.

##### **2.5. Cadastrar informações:**

- 2.5.1.** Atualizar cadastro.
- 2.5.2.** Cadastrar telefone e ramal de funcionários.

##### **2.6. Monitorar atendimentos:**

- 2.6.1.** Monitorar tempo de atendimento.

##### **2.7. Demonstrar competências pessoais:**

- 2.7.1.** Manter sigilo.
- 2.7.2.** Demonstrar cordialidade.

### **Descrição Sumária – Serviço de Atendimento Telefônico**

Operar equipamentos, atender, transferir, cadastrar e completar chamadas telefônicas locais, nacionais e internacionais, comunicando-se formalmente em português e/ou línguas estrangeiras. Auxiliar o cliente, fornecendo informações e prestando serviços gerais. Podem treinar funcionários e avaliar a qualidade de atendimento do operador, identificando pontos de melhoria.

### **Descrição detalhada – Serviço de Atendimento Telefônico**

Vigiar permanentemente o painel, observando os sinais emitidos, para atender às chamadas telefônicas; operar a mesa telefônica, movendo chaves, interruptores e outros dispositivos, para estabelecer comunicação interna, externa ou interurbana entre o solicitante e o destinatário ou com outros telefonistas a quem vai dirigir a chamada; registrar a duração e/ou custo das ligações, fazendo anotações em formulários apropriados, para permitir sua cobrança e/ou controle; zelar pelo equipamento, comunicando defeitos e solicitando seu conserto e manutenção, para assegurar-lhe perfeitas condições de funcionamento. Atender a pedidos de informações telefônicas, anotar recados e registrar chamadas. Especializar-se em um tipo particular de equipamento telefônico, e ser designado de acordo com a especialização. Poder atender e efetuar chamadas telefônicas internacionais.

### **Descrição detalhada – Supervisor de Telefonista**

Exercer tarefas de responsabilidade hierárquica, controlando e treinando o pessoal e preparando escalas de revezamento e planos de trabalho das telefonistas.

O supervisor será responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao gestor do contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

## **3. Jornada de Trabalho**

Os empregados contratados deverão cumprir jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais, com jornada de 6 (seis) horas diárias, distribuídas durante o horário de funcionamento do MPDFT, compreendido entre 7h às 20h, de 2ª a 6ª-feira, podendo, dentro das 36 horas semanais, ser o serviço solicitado em dias e horários diferenciados, em regime de escala, em conformidade com a legislação trabalhista vigente e Convenção Coletiva de Trabalho.

## **4. Quantitativo de Pessoal**

**4.1** Para a execução dos serviços deverão ser disponibilizadas 23 (vinte e três) telefonistas (CBO 4222-05) e 1 (um) supervisor de telefonistas (CBO 4201-30), para desempenho das tarefas descritas no item 2 (Descrição do Serviço) deste Termo de Referência, que deverão prestar o serviço de atendimento telefônico nas dependências do MPDFT, conforme descrito abaixo:

<b>Unidade</b>	<b>Quantidade de Postos</b>
Edifício-Sede	7



Promotoria de Justiça de Samambaia	<b>1</b>
Promotoria de Justiça do Paranoá	<b>1</b>
Promotoria de Justiça do Gama	<b>1</b>
Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude	<b>2</b>
Promotoria de Justiça de Planaltina	<b>1</b>
Promotoria de Justiça de Santa Maria	<b>1</b>
Promotoria de Justiça de Taguatinga	<b>1</b>
Promotoria de Justiça de Ceilândia	<b>1</b>
Promotoria de Justiça de Sobradinho	<b>1</b>
Promotoria de Justiça do Núcleo Bandeirante	<b>1</b>
Promotoria de Justiça de São Sebastião	<b>1</b>
Promotoria de Justiça de Riacho Fundo	<b>1</b>
Promotoria de Justiça do Guará	<b>1</b>
Promotoria de Justiça de Brasília II	<b>1</b>
Promotoria de Justiça de Brazlândia	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>23</b>

**4.2** No início do contrato serão efetivados 19 (dezenove) postos de atendimento e 1 (um) de supervisor. A efetivação dos 4 (quatro) postos remanescentes se dará durante a vigência do contrato nas Coordenadorias das Promotorias de Justiça do Guará, Brasília II, Brazlândia e Edifício-Sede (posto na Divisão de Telecomunicações).

**4.3** O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data de implantação dos serviços.

**4.4 A empresa deverá informar a qual sindicato seus empregados estão vinculados.**

## **5. Qualificação dos Empregados**

- ✓ Área de atuação: Atendimento Telefônico.
- ✓ Escolaridade mínima exigida: ensino médio.

## **6. Obrigações da Contratada**

- 6.1** Executar, com esmero e perfeição, a prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT, em conformidade com as disposições do item 1 deste Termo de Referência.
- 6.2** Encaminhar qualquer solicitação ao MPDFT por intermédio do gestor do contrato.

- 6.3** Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor do contrato designado pelo MPDFT.
- 6.4** Fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 6.5** Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas neste Termo de Referência.
- 6.6** Apresentar no início da prestação de serviço, e sempre que solicitado pelo gestor, cópias de: Contrato de Trabalho, Regulamento Interno da Empresa, Convenção/Acordo/Sentença Normativa, Registro de Empregados, Carteira de Trabalho e Previdência Social e Atestado de Saúde.
- 6.7** Comunicar imediatamente, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do serviço.
- 6.8** Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência contratual, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.
- 6.9** Não utilizar o nome do MPDFT, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão contratual.
- 6.10** Fazer com que seus empregados cumpram rigorosamente todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços.
- 6.11** Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados ao MPDFT ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, ao MPDFT reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês.
- 6.12** Prestar esclarecimento ao MPDFT sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.
- 6.13** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.14** Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas no Edital e seus Anexos e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais.
- 6.15** Assumir total responsabilidade pela conservação, manutenção, guarda e reposição dos equipamentos e materiais de propriedade do MPDFT, colocados à disposição da CONTRATADA, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade.
- 6.16** Substituir, após solicitação escrita do gestor do contrato, qualquer empregado que não esteja correspondendo com eficiência às condições pactuadas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 6.17** Não permitir que seus empregados tratem de assuntos de serviço com autoridades ou pessoas não relacionadas à área gestora.

- 6.18** Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o MPDFT, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- 6.18.1.** Caberá, ainda, à CONTRATADA, assumir todas obrigações estabelecidas na legislação trabalhista e previdenciária, no caso de qualquer ocorrência que venha a vitimar seus empregados ainda que se verifique nas dependências do MPDFT.
- 6.19** Manter pessoal devidamente identificado, mediante uso de crachás de identificação fornecido pela Coordenadoria de Segurança Institucional do MPDFT, e uniformizado de forma condizente com o serviço a executar.
- 6.20** Orientar seus empregados quanto à devolução dos crachás de identificação, quando do remanejamento da sede do serviço prestado, término da substituição, demissão, e outros afastamentos que o desvinculem da prestação do serviço junto ao MPDFT, salvo em caso de gozo de férias e dispensas eventuais.
- 6.21** Encaminhar, em até 10 (dez) dias após o desligamento de prestador de serviços alocado no MPDFT, cópia do termo de rescisão de contrato de trabalho – TRCT, bem como documentação comprobatória da quitação de verbas (salário, férias e outros) devidas.
- 6.22** Responsabilizar-se, para fins de ressarcimento, pelo custo de emissão de novo crachá de identificação do empregado, nos casos de perda ou extravio, dano ou inutilização em período inferior a um ano, contado a partir da entrega.
- 6.23** Observar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 6.24** Observar todas as normas de segurança, conforme legislação em vigor, e o uso de uniformes adequados à execução dos serviços.
- 6.25** Selecionar e capacitar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços.
- 6.26** Atender, para a contratação de pessoal, aos ditames da CLT e da Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria em que se enquadram os empregados contratados.
- 6.27** Fornecer ao gestor do contrato os dados necessários à identificação do empregado, incluindo fotografia, conforme formulário fornecido.
- 6.28** Submeter ao gestor do contrato a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços, comunicando sempre qualquer alteração ocorrida, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 6.29** Manter, em pasta própria, a documentação relativa a registro, horário de trabalho e atividade de seus empregados, sob seu controle, guarda e responsabilidade, em recinto do MPDFT.
- 6.30** Substituir os empregados faltosos, bem como os que não se apresentarem devidamente uniformizados e com crachá/plaqueta, observando a qualificação necessária e o horário de execução dos serviços.
- 6.31** Substituir qualquer empregado, sempre que seus serviços e/ou conduta, forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao MPDFT, vedado seu retorno às dependências do MPDFT, mesmo que para cobertura de licenças, dispensas, suspensões ou férias.
- 6.32** Apresentar ao gestor do contrato, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, relação, por escrito, dos funcionários que entrarão em férias, bem como os nomes daqueles que os substituirão.
- 6.33** Prover pessoal com a mesma qualificação e experiência no caso de eventuais substituições.

- 6.34** Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados via depósito bancário na conta do empregado, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação, exibindo as comprovações respectivas.
- 6.35** Fornecer a cada empregado quantitativo de vale-refeição, alimentação ou quaisquer benefícios previstos na Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo da categoria suficiente para cada mês, bem como vale-transporte também no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês.
- 6.36** Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados até as dependências do MPDFT, nos casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário.
- 6.37** Manter a quantidade de efetivo contratada para garantir a execução das atividades, nos regimes pactuados, sem interrupção, quer por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, quer por demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, bem como suprir eventuais acréscimos, nos quantitativos dispostos na legislação em vigor.
- 6.38** Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, do MPDFT.
- 6.39** Não oferecer o contrato em garantia de operações de crédito bancário.
- 6.40** Fornecer ao MPDFT, com a fatura mensal:
- ✓ cópia autenticada dos comprovantes das Guias de Recolhimento do INSS;
  - ✓ Guia de Recolhimento do FGTS (com a relação de empregados alocados para a prestação do serviço no MPDFT); e
  - ✓ Comprovante do pagamento de todos os encargos trabalhistas, como vale-transporte, vale-refeição, salários (incluindo o adicional de periculosidade, se houver), gratificação natalina, férias, em caso de empregado demitido, das verbas rescisórias, entre outros, informando nome completo e matrícula, data da entrega, a quantidade e o valor dos vales, o mês de competência, contendo a assinatura do empregado atestando seu recebimento, correspondentes ao mês da última competência vencida compatível com o efetivo declarado.
- 6.41** Apresentar mensalmente, independente de solicitação pelo MPDFT, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários e trabalhistas decorrentes da execução do contrato e que demonstre que os referidos pagamentos referem-se aos empregados utilizados na execução do contrato.
- 6.42** Fazer com que seus empregados ou prestadores de serviços cumpram as normas e regulamentos internos do MPDFT.
- 6.43** Autorizar o MPDFT a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 6.44** Indicar preposto ao MPDFT, no ato da assinatura do contrato, para que o CONTRATANTE, por meio do gestor do contrato, reporte problema que prejudique a continuidade e eficiência do serviço contratado.

## **7. Do Uniforme**

A Contratada deverá manter os empregados que exercerão o serviço de atendimento telefônico no MPDFT, devidamente uniformizados, padrão telefonista, com 2 (dois) conjuntos de uniforme contendo:

- ✓ 1 (um) blazer/paletó;
- ✓ 2 (duas) calças;
- ✓ 2 (duas) blusas/camisas;
- ✓ 1 (um) par de sapato;
- ✓ 2 (duas) meias;
- ✓ 1 (uma) gravata/lenço;
- ✓ \*1 (um) cinto;
- ✓ \*\*1 (uma) saia.

\* Somente para o uniforme masculino

\*\* Somente para o uniforme feminino

## **8. Obrigações do MPDFT**

- 8.1.** Solicitar substituição de empregado quando necessário.
- 8.2.** Fiscalizar locais de trabalho dos empregados contratados.
- 8.3.** Não permitir que sejam executadas tarefas em desacordo com as preestabelecidas.
- 8.4.** Reportar-se somente ao preposto ou responsável indicado pela CONTRATADA.
- 8.5** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

## **9. Carga Horária, Remuneração e Benefícios**

- 9.1** A carga horária a ser cumprida deverá obedecer ao disposto no artigo 227 da CLT. A jornada de trabalho do empregado que exerce o cargo de telefonista deverá ser de no máximo 6 (seis) horas (contínuas) diárias e no máximo 36 (trinta e seis) horas semanais.
- 9.2** A CONTRATADA deverá remunerar a mão de obra aplicada ao contrato, no mínimo, o piso salarial bruto da categoria, na forma prescrita na Convenção Coletiva de Trabalho.
- 9.3** A CONTRATADA se obriga a fornecer, mensalmente, a todos os empregados alocados ao contrato, vales-alimentação e vales-transporte em conformidade com o disposto na Convenção Coletiva de Trabalho e legislação correlata, quando for o caso.
- 9.4** Na eventual falta de transporte coletivo a CONTRATADA deverá providenciar os meios de locomoção para que os empregados cheguem e retornem do seu local de trabalho.
- 9.5** Os vales-transporte serão fornecidos em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência para o trabalho e vice-versa.

## **10. Do Pagamento**

**10.1.** Os pagamentos serão creditados em nome da Contratada, mensalmente, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

**10.2.** Os pagamentos à Contratada serão efetuados mediante apresentação de Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) discriminativa(s) dos serviços prestados e aceitos, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços.

**10.3.** As notas fiscais/faturas deverão ser apresentadas na Divisão de Telecomunicações (DITEL), com 10 (dez) dias de antecedência da data de seu vencimento, e deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- ✓ Escala de trabalho dos funcionários que prestaram serviço no mês, que deverá conter, quando for o caso, nome de substitutos, com respectivo substituído, função, data da substituição, horário e posto.
- ✓ Planilha resumo contendo todos os empregados terceirizados que prestam serviços no MPDFT, com as seguintes informações: nome completo, número do CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte e auxílio alimentação), horário de trabalho, férias, licenças e faltas.
- ✓ Folha de pagamento relativa ao mês de adimplemento, que deverá corresponder exatamente à frequência dos profissionais integrantes do objeto contratado. Não será pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados, inclusive os encargos que incidam sobre esse valor.
- ✓ Comprovantes de pagamento dos salários relativos ao mês de adimplemento, devidamente datados e assinados.
- ✓ Comprovantes de pagamento dos benefícios (vales-alimentação e transporte), devidamente datados e assinados.
- ✓ Comprovação de recolhimento para o FGTS e Previdência Social (GFIP e GPS) da última competência vencida, acompanhada da relação nominal dos profissionais integrantes do objeto contratado.
- ✓ A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro, inconsistência ou desacompanhada da devida documentação será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se no prazo fixado no subitem 10.3 os dias que se passarem entre a data da devolução e a data da reapresentação.
- ✓ Todos os pagamentos ficam condicionados à prova de regularidade da empresa perante a Fazenda Pública, a Previdência Social e junto ao FGTS.
- ✓ O Contratante reserva-se no direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com as especificações constante deste Termo de Referência.
- ✓ A liberação da nota fiscal/fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto do Gestor do Contrato, responsável pelo acompanhamento do objeto contratado.



**ANEXO II**  
**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO**

# **ATENÇÃO**

**Para elaboração da Proposta, acessar o site [www.mpdft.mp.br](http://www.mpdft.mp.br),  
seguindo os seguintes passos:**

**< Transparência/Ministério Público >**  
**<Licitações, contratos e convênios>**  
**<Licitações>**  
**<2014>**  
**<Licitações em Andamento>**  
**Identificar a Licitação**  
**<Clicar no link “Modelo de Proposta”>**

**ANEXO III**  
**UNIFORME – PREÇOS UNITÁRIOS MÁXIMOS**

Descrição	Preço Unitário Máximo
	R\$
Blazer / Paletó	99,00
Calça	32,00
Camisa/Blusa	28,00
Sapato	42,00
Meia	8,00
Gravata / Lenço	18,00
Cinto*	20,00
Saia**	20,00

\* Somente para o uniforme masculino

\*\* Somente para o uniforme feminino

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_(empresa), CNPJ nº.  
\_\_\_\_\_, situada \_\_\_\_\_, **declara,**  
sob as penas da Lei, que inexistente fato impeditivo a sua habilitação no presente certame, ciente  
da obrigatoriedade de declarar fatos supervenientes.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE MENOR**

Ref.: Pregão Eletrônico nº /2014 – MPDFT

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Declaramos, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, pelo **Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_\_/2014**, que nos quadros da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ocupante de cargo de direção no Ministério Público da União, servidores cedidos ou colocados à disposição deste Ministério por Órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, em linha reta, colateral ou por afinidade, dos respectivos membros e servidores do Ministério Público da União e dos Estados, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e Órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Representante Legal

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

Ref.: **Pregão Eletrônico nº /2014 – MPDFT**

\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, como representante devidamente constituído da empresa \_\_\_\_\_, cadastrada no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada licitante, para fins do disposto na Instrução Normativa nº 2, de 6 de setembro de 2009, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada pela empresa foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da referida proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº /2014**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº /2014**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº /2014** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº /2014** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT** antes da abertura oficial das propostas; e
- f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
(representante legal)



**ANEXO VIII****QUADRO DEMONSTRATIVO DE PERCENTUAIS PARA APLICAÇÃO DE MULTAS**

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2, que incidirão sobre o valor contratual mensal vigente na data da ocorrência do fato:

<b>Tabela 1</b>	
<b>GRAU</b>	<b>% sobre o valor mensal do contrato</b>
1	0,5
2	1,5
3	2
4	3
5	5

<b>Tabela 2</b>		
	<b>INFRAÇÃO – Deixar de:</b>	<b>Grau</b>
1	manter os seus empregados, quando em horário de trabalho, ou ainda nas dependências do MPDFT, devidamente uniformizados e identificados por meios de crachás	2
2	manter a quantidade de mão de obra contratada para garantir a execução das atividades, nos regimes contratados, sem interrupção, quer por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, quer por demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, bem como suprir eventuais acréscimos, nos quantitativos dispostos na legislação em vigor	3
3	substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação por escrito, qualquer empregado que inobserve normas disciplinares do MPDFT, ou ainda, que não esteja atendendo os objetivos pactuados no serviço contratado	3
4	substituir, imediatamente, qualquer que seja o motivo, o empregado impedido de executar os serviços	3
5	apresentar ao gestor do contrato, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a relação, por escrito, dos funcionários que entrarão em férias, bem como os nomes dos que irão substituí-los	4
6	apresentar ao MPDFT, por intermédio do gestor do contrato, a relação dos empregados em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços, contendo: nome completo, número do CPF, função exercida, salário, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte e vale-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas e ocorrências, comunicando sempre qualquer alteração ocorrida	1
7	selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços	3
8	acatar as orientações do gestor do contrato ou do seu substituto legal, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita supervisão e fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, nos prazos estabelecidos	1
9	indicar preposto ao MPDFT, no ato da assinatura do contrato, para que o Contratante, por meio do gestor do contrato, reporte problema que prejudique a continuidade e eficiência	3

	do serviço contratado e representá-la junto à CONTRATADA	
10	prestar esclarecimento ao MPDFT, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados	3
11	apresentar no início da prestação de serviço, e sempre que solicitado pelo gestor, cópias de: Contrato de Trabalho, Regulamento Interno da Empresa, Convenção/Acordo/Sentença Normativa, Registro de Empregados, Carteira de Trabalho e Previdência Social e Atestado de Saúde	3
12	atender, para a contratação de pessoal, aos ditames da Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria em que se enquadram os empregados contratados	1
13	Cumprir os itens do contrato e seus anexos não previstos neste quadro de multas.	2
14	pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados	5
15	fornecer a cada empregado quantitativo de vale-alimentação, suficiente para cada mês, e vale-transporte, no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês, a tempo de não ocorrer falta de ambos os benefícios	5
16	comprovar recolhimento para o FGTS e Previdência Social (GFIP e GPS) da última competência vencida, acompanhada da relação nominal dos profissionais integrantes do objeto contratado	5
17	apresentar comprovação de regularidade da empresa perante a Fazenda Pública, a Previdência Social e junto ao FGTS	5
18	deixar de apresentar as notas fiscais/faturas na Divisão de Telecomunicações (DITEL/MPDFT), com 10 (dez) dias de antecedência da data de seu vencimento, acompanhadas dos documentos exigidos no Edital, Contrato e seus Anexos	5

**ANEXO IX**  
**FORMULÁRIO (DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO)**

<b>DADOS PARA A ASSINATURA DO CONTRATO</b> (utilizar um formulário para cada signatário)	
<b>SIGNATÁRIO DO CONTRATO</b>	<b>NOME</b>
	<b>CARGO</b>
	<b>NACIONALIDADE</b>
	<b>ESTADO CIVIL</b>
	<b>IDENTIDADE (RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR)</b>
	<b>CPF</b>
	<b>TELEFONE FIXO</b>
	<b>TELEFONE CELULAR</b>
<b>ASSINA AUTORIZADO POR</b>	<input type="checkbox"/> PROCURAÇÃO “com poderes específicos para assinar contratos”.
	<input type="checkbox"/> ESTATUTO ou CONTRATO SOCIAL “poderes de administração”.
	<input type="checkbox"/> REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO.
	<b>IMPORTANTE: APRESENTAR DOCUMENTO ORIGINAL POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO CONTRATO.</b>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**ANEXO X**

**(MINUTA DE CONTRATO)**

**CONTRATO Nº ...../DG/MPDFT/.....**

**PROCESSO Nº .....**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, E .....**

***CONTRATANTE***

**A UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, daqui por diante designado simplesmente **MPDFT**, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o número 26.989.715/0002-93, instalado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, em Brasília-DF, neste ato representado por sua Diretora-Geral Adjunta, **ANA LÚCIA CARRIJO FERREIRA**, nos termos da Portaria nº 1.113/PGJ, de 11 de outubro de 2011.

***CONTRATADA***

....., daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o número ....., estabelecida na ....., ....., que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu(sua) ....., ....., ....., portador(a) da CI-RG nº ....., inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ....., conforme ....., que confere ao(à) qualificado(a) poderes para a assinatura do contrato.

As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram um **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço global, em conformidade com as disposições contidas nas Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, atualizadas; nos Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 2.271, de 7 de julho de 1997, e subsidiariamente nos Decretos nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, nº 3.784, de 6 de abril de 2001, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, no edital de **PREGÃO ELETRÔNICO** n.º, do tipo **MENOR PREÇO**, doravante designado meramente edital, e nos autos do processo nº ....., mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A contratação de empresa para a prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT, de acordo com as condições e as especificações deste instrumento, seus anexos, e dos anexos do edital.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução do objeto contratual deverá obedecer às disposições constantes dos anexos do edital.

**PARÁGRAFO SEGUNDO – DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O serviço de atendimento telefônico será realizado nas seguintes promotorias:

UNIDADE	ENDEREÇO
Edifício-Sede	Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício-Sede 1ª etapa, 70.944-900 – Brasília-DF
Promotoria de Justiça de Samambaia	Quadra 302, Conjunto 1, Lote 2, 72.300-631 – Samambaia-DF
Promotoria de Justiça do Paranoá	Quadra 4, Conjunto B, Lote 1, Paranoá-DF
Promotoria de Justiça do Gama	Quadra 1, Área Especial, Setor Norte, 72.430-130 – Gama-DF
Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude	SEPN 711/911, Lote B, Asa Norte, 70790-115 - Brasília-DF
Promotoria de Justiça de Planaltina	Área Especial Norte nº 10-A, Setor Administrativo, 73.310-100 – Planaltina-DF
Promotoria de Justiça de Santa Maria	QR 211, Conjunto A, Lote 14, 72511-101, Santa Maria-DF
Promotoria de Justiça de Taguatinga	QNC Setor “C” Norte, Área Especial, Lote 14/15, 72.116-900 - Taguatinga-DF
Promotoria de Justiça de Ceilândia	QNM 11, Área Especial nº 1, Edifício Anexo do Fórum, Ceilândia-DF
Promotoria de Justiça de Sobradinho	Quadra Central, Bloco 7, 2º e 3º andares do Edifício Sylvia, Sobradinho-DF
Promotoria de Justiça do Núcleo Bandeirante	Setor de Indústria Bernardo Sayão, Quadra 3, Conjunto “B”, Lotes 2/4, 71.305-535 – Núcleo Bandeirante
Promotoria de Justiça de São Sebastião	Centro de Múltiplas Atividades, Área Especial, lote 4, 71.680-000 – São

	Sebastião-DF
Promotoria de Justiça de Riacho Fundo	Área Especial 4, Lote 6, Riacho Fundo I - Riacho Fundo-DF
Promotoria de Justiça do Guará	Área Especial nº 8, lote F, Guará II, Guará-DF
Promotoria de Justiça de Brasília II	SMAS Trecho 3, lotes 4/6, Fórum José Júlio Leal Fagundes, Bloco 1, Brasília-DF
Promotoria de Justiça de Brazlândia	Área Especial 4, Rua 10, Lote 4, Setor Tradicional, Ed, Fórum, 72.720-640 – Brazlândia-DF

### **PARÁGRAFO TERCEIRO – DA JORNADA DE TRABALHO**

Os empregados contratados deverão cumprir jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais, com jornada de 6 (seis) horas diárias, distribuídas durante o horário de funcionamento do MPDFT, compreendido entre 7h às 20h, de 2ª a 6ª-feira, podendo, dentro das 36 horas semanais, ser o serviço solicitado em dias e horários diferenciados, em regime de escala, em conformidade com a legislação trabalhista vigente e Convenção Coletiva de Trabalho.

### **PARÁGRAFO QUARTO – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

A execução do objeto contratual, mediante ..... nº ....., fundamentada na Lei nº 10.520/2002, obedecerá às estipulações deste instrumento (e seus anexos), além das obrigações assumidas pela CONTRATADA em sua proposta firmada em ....., e dirigida ao MPDFT, contendo o(s) valor(es) unitário(s) e global, bem assim nos demais documentos constantes do processo nº ....., que independentemente de transcrição passam a integrar e complementam o contrato, naquilo que não o contrariem.

### **PARÁGRAFO QUINTO – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso I e § 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

### **PARÁGRAFO SEXTO**

A execução completa do contrato somente ocorrerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão-de-obra utilizada.

## ***CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MPDFT***

Por via deste instrumento, o MPDFT obriga-se a:

1. relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;
2. efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades previstas no ato convocatório e neste instrumento;
3. cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste contrato;
4. prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
5. anotar em registro próprio e notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;
6. informar à CONTRATADA nome e telefone do gestor do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
7. relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de pessoa por ela credenciada;
8. zelar para que a mão-de-obra seja utilizada unicamente na realização das tarefas estabelecidas neste contrato;
9. promover ações de modo a ambientar os empregados da CONTRATADA que prestarão serviços nas dependências do MPDFT, dando enfoque especial ao tema segurança, estando aí incluídas instruções de como proceder em caso de sinistros, especialmente incêndios, bem como na utilização de equipamentos de comunicações e de informática;
10. assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
11. instruir a CONTRATADA acerca das normas e procedimentos de segurança definidos pelo MPDFT.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO – DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO**

Constituem-se obrigações do gestor do contrato, aquelas dispostas nos itens 5 a 11 desta cláusula.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento e na sua proposta e em especial:

1. executar, com esmero e perfeição, os serviços de atendimento telefônico, em conformidade com as disposições da Cláusula Primeira deste instrumento e dos anexos do edital;
2. recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade os empregados a serem alocados para a execução do objeto contratual, atenta de que tais empregados não terão qualquer vínculo empregatício com o MPDFT;
  - 2.1. os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o MPDFT, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

3. não utilizar como mão-de-obra para prestação dos serviços empregados que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores dos órgãos contratantes do Ministério Público da União e dos Estados, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal;
4. apresentar no início do contrato, e sempre que houver alteração, a relação nominal com os dados pessoais (nome completo, filiação, data de nascimento, RG, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício), em atendimento ao disposto no art. 108, da Lei 12.708/12, dos profissionais que prestarão os serviços nas instalações do MPDFT, no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data da assinatura do contrato;
5. fornecer ao gestor do contrato os dados necessários à identificação do empregado, incluindo fotografia, conforme formulário fornecido;
6. submeter ao gestor do contrato a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços, comunicando sempre qualquer alteração ocorrida, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
7. encaminhar, em até 10 (dez) dias após o desligamento de prestador de serviços alocado no MPDFT, cópia do termo de rescisão de contrato de trabalho – TRCT, bem como documentação comprobatória da quitação de verbas (salário, férias e outros) devidas.
8. apresentar no início da prestação de serviço, e sempre que solicitado pelo gestor, cópias de: Contrato de Trabalho, Regulamento Interno da Empresa, Convenção/Acordo/Sentença Normativa, Registro de Empregados, Carteira de Trabalho e Previdência Social e Atestado de Saúde;
9. selecionar e capacitar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços;
10. assumir todas obrigações estabelecidas na legislação trabalhista e previdenciária, no caso de qualquer ocorrência que venha a vitimar seus empregados ainda que se verifique nas dependências do MPDFT;
11. fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de cinco dias úteis;
12. apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas neste instrumento contratual;
13. comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de dez dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência deste contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
14. comunicar imediatamente ao MPDFT, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato;
15. encaminhar qualquer solicitação ao MPDFT por intermédio do gestor do contrato;
16. acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor do contrato designado pelo MPDFT;



17. não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, do MPDFT;
18. não utilizar o nome do MPDFT, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente contrato;
19. não oferecer este contrato em garantia de operações de crédito bancário;
20. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
21. fazer com que seus empregados ou prestadores de serviços cumpram as normas e regulamentos internos do MPDFT;
22. responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados ao MPDFT ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o MPDFT reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês;
23. manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
24. recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste instrumento e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais;
25. não permitir que seus empregados tratem de assuntos de serviço com autoridades ou pessoas não relacionadas à área gestora;
26. observar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;
27. realizar, às suas expensas, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos e complementares exigidos, conforme disposto na CLT, mantendo em seu poder os respectivos comprovantes para verificação pelo MPDFT, quando solicitado;
28. manter pessoal devidamente identificado, mediante uso de crachás de identificação fornecido pela Coordenadoria de Segurança Institucional, e uniformizado de forma condizente com o serviço a executar;
29. orientar seus empregados quanto a devolução dos crachás de identificação, tendo em vista o remanejamento da sede do serviço prestado, término da substituição, demissão, e outros afastamentos que o desvinculem da prestação do serviço junto ao MPDFT, salvo em caso de gozo de férias e dispensas eventuais;
30. responsabilizar-se, para fins de ressarcimento, pelo custo de emissão de novo crachá de identificação do empregado, nos casos de perda ou extravio, dano ou inutilização em período inferior a um ano, contado a partir da entrega;
31. atender, para a contratação de pessoal, aos ditames da CLT e da Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria em que se enquadram os empregados contratados;

32. encaminhar ao MPDFT, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;
33. manter, em pasta própria, a documentação relativa a registro, horário de trabalho e atividade de seus empregados, sob seu controle, guarda e responsabilidade, em recinto do MPDFT;
34. substituir os empregados faltosos, bem como os que não se apresentarem devidamente uniformizados e com crachá/plaqueta, observando a qualificação necessária e o horário de execução dos serviços;
35. substituir, após solicitação escrita do gestor do contrato, qualquer empregado que não esteja correspondendo com eficiência às condições pactuadas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
36. substituir qualquer empregado, sempre que seus serviços e/ou conduta, forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao MPDFT, vedado seu retorno às dependências do MPDFT, mesmo que para cobertura de licenças, dispensas, suspensões ou férias;
37. prover pessoal com a mesma qualificação e experiência no caso de eventuais substituições;
38. pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados via depósito bancário na conta do empregado, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
39. fornecer a cada empregado, quantitativo de vale-refeição, alimentação ou quaisquer benefícios previstos na Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo da classe suficiente para cada mês, bem assim vale-transporte também no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês;
40. responsabilizar-se pelo transporte dos empregados até as dependências do MPDFT, em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;
41. manter a quantidade de efetivo contratada para garantir a execução das atividades, nos regimes pactuados, sem interrupção, quer por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, quer por demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, bem como suprir eventuais acréscimos, nos quantitativos dispostos na legislação em vigor;
42. manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo MPDFT;
43. fornecer ao MPDFT, juntamente com a fatura mensal, cópia autenticada dos comprovantes das Guias de Recolhimento do INSS, FGTS com a relação de empregados alocados para a prestação do serviço no MPDFT, bem como o comprovante do pagamento de todos os encargos trabalhistas, como vale-transporte, vale-refeição, salários (incluindo o adicional de periculosidade, se houver), gratificação natalina, férias, em caso de empregado demitido, das verbas rescisórias, entre outros, informando nome completo e matrícula, data da entrega, a quantidade e o valor dos vales, o mês de competência, contendo a

assinatura do empregado atestando o recebimento dos mesmos, correspondentes ao mês da última competência vencida compatível com o efetivo declarado;

44. apresentar mensalmente, independente de solicitação pelo MPDFT, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários e trabalhistas decorrentes da execução do contrato e que demonstre que os referidos pagamentos referem-se aos empregados utilizados na execução deste contrato;
45. o atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do MPDFT;
46. autorizar o MPDFT a fazer a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da CONTRATADA, observada a legislação específica, nos termos do Anexo II deste contrato;
47. autorizar o MPDFT a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos termos do Anexo III;
48. observar o horário de trabalho estabelecido pelo MPDFT, em conformidade com as leis trabalhistas;
49. indicar preposto ao MPDFT, no ato da assinatura do contrato, para que o MPDFT, por meio do gestor do contrato, reporte problema que prejudique a continuidade e eficiência do serviço contratado.

#### ***CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA***

As despesas com a execução deste contrato correrão, neste exercício (2014), à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, sob o Plano Interno ....., Programa de Trabalho ..... e Elemento de Despesa ....., e para o exercício seguinte créditos próprios de igual natureza.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Para cobertura da despesa foi emitida a Nota de Empenho nº ....., em ....., no valor de ..... à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

#### ***CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO***

O MPDFT pagará à CONTRATADA, pelos serviços contratados e efetivamente realizados, o valor anual de ..... ..

##### **PARÁGRAFO ÚNICO – DO VALOR MENSAL**

O MPDFT pagará à CONTRATADA, mensalmente, o valor discriminado na tabela abaixo, no qual estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução dos serviços:

ATÉ A EFETIVAÇÃO DOS POSTOS REMANESCENTES NAS COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO GUARÁ, BRASÍLIA II, BRAZLÂNDIA E EDIFÍCIO-SEDE (POSTO NA DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES)

CATEGORIA	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	
		UNITÁRIO	TOTAL
Telefonista	19	.....	.....

APÓS A EFETIVAÇÃO DOS POSTOS REMANESCENTES NAS COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO GUARÁ, BRASÍLIA II, BRAZLÂNDIA E EDIFÍCIO-SEDE (POSTO NA DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES)

CATEGORIA	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	
		UNITÁRIO	TOTAL
Telefonista	23	.....	.....

**CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO**

O contrato poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano, a contar da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta ou à época da última repactuação, devidamente justificada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O pedido de repactuação deverá ser precedido da demonstração analítica da variação dos custos do contrato e instruído com toda a documentação que o justifique, devendo, ainda, ser acompanhado de planilha de composição de preços em formato idêntico ao daquela apresentada por ocasião do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão de antecipações e benefícios não previstos originariamente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO – DO PRAZO**

A CONTRATADA deverá exercer o direito à repactuação da data da homologação da convenção, acordo ou dissídio coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida por este contrato, até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar o contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO – DOS CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS**

Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O MPDFT pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância mensal de ..... (.....), até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, por meio de depósito na conta corrente da CONTRATADA, mediante Ordem Bancária, após apresentação de fatura ou nota fiscal dos serviços executados, em nome do MPDFT, CNPJ 26.989.715/0002-93, e da apresentação dos documentos relacionados no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO – DAS CERTIDÕES NEGATIVAS**

A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO – DA DOCUMENTAÇÃO PARA PAGAMENTO**

A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, juntamente com a nota fiscal dos serviços prestados, cópia dos recibos dos pagamentos de férias e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, relativos aos empregados utilizados na execução do objeto contratual e referentes ao mês imediatamente anterior àquele a que disser respeito a nota fiscal, sem os quais não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO – DA ANOTAÇÃO DOS TRIBUTOS**

Sobre o valor da Nota Fiscal o MPDFT fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/1/2012 e suas alterações.

### **PARÁGRAFO QUARTO**

Quando do pagamento referente ao último período de vigência do contrato, seu prazo poderá ser suspenso caso necessária a posterior averiguação de serviços prestados em desacordo com as especificações estipuladas neste instrumento, assim o prazo acima referido será contado quando regularizadas as situações que deram causa à retenção do pagamento.

### **PARÁGRAFO QUINTO**

No caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo MPDFT, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  
 $EM = I \times N \times VP$  – onde:

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento**

**VP = Valor da parcela a ser paga;**

**I = índice de atualização financeira = 0,0001643.**

## **PARÁGRAFO SEXTO**

Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/86.

## **PARÁGRAFO SÉTIMO**

Do montante devido à CONTRATADA poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas e/ou indenizações impostas pelo MPDFT.

## **PARÁGRAFO OITAVO**

Serão glosados dos pagamentos mensais os valores correspondentes às ausências de trabalhadores não cobertas por substitutos, considerando-se para cada ausência o valor correspondente a um trinta avos do custo mensal do posto de trabalho.

## **PARÁGRAFO NONO**

Com base na Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, visando à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, o MPDFT poderá optar por depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores envolvidos na execução do contrato, em consonância com o disposto no art. 19-A, e a prescrição constante do anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais;
- d) férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- e) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

## **PARÁGRAFO DÉCIMO**

As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam esta cláusula poderão ser destacadas do valor mensal do contrato e depositadas na citada conta vinculada, aberta em nome da CONTRATADA junto a instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação.

## **PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO**

O montante de que trata o aviso prévio trabalhado deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato.

## **PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO**

A movimentação da conta vinculada será efetivada somente mediante autorização por escrito do MPDFT, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

## **PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO**

A CONTRATADA poderá solicitar a autorização ao MPDFT para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato:

- a) para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao MPDFT os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento;
- b) após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o MPDFT emitirá a autorização para a movimentação, dirigida à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.

## **PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO**

A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo máximo de três dias corridos, o comprovante das transferências bancárias porventura realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

## **PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO**

O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados.

## **PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO**

Poderá o MPDFT providenciar a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados à execução do Contrato, observada a legislação específica, com amparo no inciso II, do art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008.

## **PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO**

O MPDFT poderá efetivar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados vinculados ao Contrato, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, com amparo no inciso IV, do art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008.

## **PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO**

O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.



## **CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO EXECUTANTE**

A CONTRATADA prestará garantia no valor de ..... (.....), no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de assinatura deste instrumento, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual e complementada no caso de acréscimo previsto no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas do parágrafo anterior.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

### **PARÁGRAFO QUARTO**

O MPDFT não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

### **PARÁGRAFO QUINTO**

Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas “c” e “d” do parágrafo anterior, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo MPDFT, bem como de processo administrativo instaurado



pelo MPDFT com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

#### **PARÁGRAFO SEXTO**

Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no parágrafo quarto.

#### **PARÁGRAFO SÉTIMO**

A CONTRATADA se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total e, ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data em que for notificada pelo MPDFT, mediante correspondência entregue contra recibo.

#### **PARÁGRAFO OITAVO**

O prazo de validade da garantia será de 15 (quinze) meses, sendo restituída ou liberada após a atestação da inexistência de responsabilidade da CONTRATADA no pagamento de multa e/ou ressarcimento de danos ao MPDFT e/ou a terceiros e comprovação de quitação do pagamento das verbas rescisórias trabalhistas decorrentes do contrato, ficando a devolução da garantia condicionada à comprovação da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

#### **PARÁGRAFO NONO**

Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento das verbas rescisórias constante do parágrafo anterior até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual ou da rescisão, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo MPDFT, conforme estabelecido no art. 35, parágrafo único, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO**

Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO**

Em se tratando de caução em títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o estabelecido pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO**

Os depósitos para garantia serão obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal, à ordem do Diretor-Geral do MPDFT, conforme estabelecido no Decreto nº 93.872/1986.

### **PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO**

A garantia não poderá ser concedida de forma proporcional ao seu prazo de vigência, sendo vedado constar a expressão: seguintes à excussão dos bens do afiançado ou outra expressão equivalente.

### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a serem aplicadas pela autoridade competente do MPDFT, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

No caso de inexecução total ou parcial do presente contrato, as seguintes sanções poderão ser aplicadas, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, sendo que as previstas nos incisos I e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II:

- I. advertência;
- II. multa na forma prevista no Anexo I deste contrato;
- III. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- IV. impedimento de licitar e de contratar com a União e, se for o caso, ser descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, quando a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- V. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos itens III e IV do parágrafo anterior desta cláusula, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

### **PARÁGRAFO QUARTO**

No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de cinco dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou cobrada judicialmente a dívida, consoante o § 3º do artigo 86 e § 1º do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

### **PARÁGRAFO QUINTO – OUTRAS SANÇÕES**

De acordo com o artigo 88 da Lei nº 8.666/1993, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### **PARÁGRAFO SEXTO – RECURSOS**

Da aplicação das penas definidas nesta Cláusula caberá recurso no prazo de cinco dias úteis da data de intimação do ato.

#### ***CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO***

A fiscalização deste contrato será exercida pelo gestor do contrato, a quem competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução, e que de tudo dará ciência à administração do MPDFT.

##### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O gestor do contrato anotarará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

##### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA perante o MPDFT e/ou terceiros.

#### ***CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO***

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

##### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

##### **PARAGRAFO SEGUNDO**

A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do MPDFT nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato;
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para o MPDFT;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

### **PARAGRAFO TERCEIRO**

A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

### **PARÁGRAFO QUARTO**

Conforme o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/1993, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: a) devolução da garantia; b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; c) pagamento do custo de desmobilização.

### **PARÁGRAFO QUINTO**

A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

- a) a execução da garantia contratual para ressarcimento ao MPDFT dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas;
- b) retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao MPDFT.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRAZO DA VIGÊNCIA***

O presente contrato terá vigência de ..... – de ..... até ....., podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração, conforme facultado pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO***

O MPDFT deverá encaminhar extrato deste contrato para ser publicado no Diário Oficial da União, no prazo de vinte dias da data de sua assinatura, consoante disposição contida no artigo 20 do Decreto nº 3.555/2000.

### **PARÁGRAFO ÚNICO – DO ÔNUS DA PUBLICAÇÃO**

Caberão à CONTRATADA as despesas que incidirem sobre a publicação do extrato do contrato e dos termos aditivos que venham a ser firmados.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO***

As partes, de comum acordo, elegem o foro da Justiça Federal em Brasília - Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir as dúvidas originárias da execução deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e acordadas, firmaram o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra-assinadas, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém.

Brasília-DF, .....

Pelo MPDFT

.....

.....

Pela CONTRATADA

.....

.....

TESTEMUNHAS:

1<sup>a</sup>

.....

NOME:

CPF:

2<sup>a</sup>

.....

NOME:

CPF:

## ANEXO II

## QUADRO DEMONSTRATIVO DE PERCENTUAIS PARA APLICAÇÃO DE MULTAS

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, conforme as Tabelas 1 e 2, que incidirão sobre o valor mensal do contrato vigente na data da ocorrência do fato:

TABELA 1	
GRAU	% SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
1	0,5
2	1,5
3	2
4	3
5	5

TABELA 2		
	INFRAÇÃO – DEIXAR DE:	GRAU
1	manter os seus empregados, quando em horário de trabalho, ou ainda nas dependências do MPDFT, devidamente uniformizados e identificados por meios de crachás	2
2	manter a quantidade de mão de obra contratada para garantir a execução das atividades, nos regimes contratados, sem interrupção, quer por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, quer por demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, bem como suprir eventuais acréscimos, nos quantitativos dispostos na legislação em vigor	3
3	substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação por escrito, qualquer empregado que inobserve normas disciplinares do MPDFT, ou ainda, que não esteja atendendo os objetivos pactuados no serviço contratado	3
4	substituir, imediatamente, qualquer que seja o motivo, o empregado impedido de executar os serviços	3
5	apresentar ao gestor do contrato, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a relação, por escrito, dos funcionários que entrarão em férias, bem como os nomes dos que irão substituí-los	4
6	apresentar ao MPDFT, por intermédio do gestor do contrato, a relação dos empregados em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços, contendo: nome completo, número do CPF, função exercida, salário, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte e vale-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas e ocorrências, comunicando sempre qualquer alteração ocorrida	1

7	selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços	3
8	acatar as orientações do gestor do contrato ou do seu substituto legal, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita supervisão e fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, nos prazos estabelecidos	1
9	indicar preposto ao MPDFT, no ato da assinatura do contrato, para que o Contratante, por meio do gestor do contrato, reporte problema que prejudique a continuidade e eficiência do serviço contratado e representá-la junto à CONTRATADA	3
10	prestar esclarecimento ao MPDFT, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados	3
11	apresentar no início da prestação de serviço, e sempre que solicitado pelo gestor, cópias de: Contrato de Trabalho, Regulamento Interno da Empresa, Convenção/Acordo/Sentença Normativa, Registro de Empregados, Carteira de Trabalho e Previdência Social e Atestado de Saúde	3
12	atender, para a contratação de pessoal, aos ditames da Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria em que se enquadram os empregados contratados	1
13	Cumprir os itens do contrato e seus anexos não previstos neste quadro de multas.	2
14	pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados	5
15	fornecer a cada empregado quantitativo de vale-alimentação, suficiente para cada mês, e vale-transporte, no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês, a tempo de não ocorrer falta de ambos os benefícios	5
16	fornecer a cada empregado quantitativo de vale-alimentação, suficiente para cada mês, e vale-transporte, no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês, a tempo de não ocorrer falta de ambos os benefícios	5
17	comprovar de recolhimento para o FGTS e Previdência Social (GFIP e GPS) da última competência vencida, acompanhada da relação nominal dos profissionais integrantes do objeto contratado	5
18	apresentar comprovação de regularidade da empresa perante a Fazenda Pública, a Previdência Social e junto ao FGTS	5
19	Deixar de apresentar as notas fiscais/faturas na Divisão de Telecomunicações (DITEL), com 10 (dez) dias de antecedência da data de seu vencimento, acompanhadas dos documentos exigidos neste Termo de Referência	5

ANEXO II

CONTRATO nº ..... /DG/MPDFT/.....

AUTORIZAÇÃO

À Agência  
ENDEREÇO DA AGÊNCIA

Senhor (a) Gerente,

Autorizo em caráter irrevogável e irretratável, que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios solicite a esta agência bancária ou providencie por meio eletrônico, qualquer tipo de movimentação financeira na conta nº \_\_\_\_\_, de minha titularidade, destinada a receber créditos ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de outubro de 2009, a título de provisão de encargos trabalhistas do Contrato Administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial da União do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, página nº \_\_\_\_, bem como acesso irrestrito de seus saldos, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

--



### ANEXO III

#### AUTORIZAÇÃO

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número ....., estabelecida na ....., ....., que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu(sua) ....., ....., ....., portador(a) da CI-RG nº ....., inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ....., conforme ....., autoriza em caráter irrevogável e irretratável, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte desta empresa durante a execução do contrato nº ..... /DG/MPDFT/....., até o momento da regularização, em cumprimento ao disposto no inciso IV, do art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008.

200009.452014.13975.4951.10476909048.148



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**Ata de Realização do Pregão Eletrônico**  
**Nº 00045/2014**

Às 14:04 horas do dia 23 de maio de 2014, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria nº 1121 de 16/07/2013, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, referente ao Processo nº 08190069434/14-42, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00045/2014. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

**Item: 1**

**Descrição:** Prestação de Serviços de Telefonista

**Descrição Complementar:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

**Tratamento Diferenciado:** -

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 1

**Valor estimado:** R\$ 778.967,9500

**Unidade de fornecimento:** Serviço

**Situação:** Aceito e Habilitado

**Aceito para:** DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 734.100,0000 e com valor negociado a R\$ 733.545,7200 .

**Histórico**

**Item: 1 - Prestação de Serviços de Telefonista**

**Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com \* na frente foram desclassificadas pelo pregoeiro)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
12.092.312/0001-51	OCEANUM EMPREEDIMENTOS LTDA - EPP	Sim	Sim	1	R\$ 700.000,0000	R\$ 700.000,0000	22/05/2014 20:20:00
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
13.062.767/0001-97	AC SERVICOS TERCEIRIZADOS E ZELADORIA LTDA - EPP	Sim	Sim	1	R\$ 734.117,8800	R\$ 734.117,8800	13/05/2014 20:58:13
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Serviço de telefonistas e supervisor conforme edital							
11.786.796/0001-76	ONA SERVICOS E SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI - ME	Sim	Sim	1	R\$ 768.833,6400	R\$ 768.833,6400	15/05/2014 14:16:15
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
04.416.687/0001-00	SERVILIMPE SERVICOS GERAIS LTDA	Não	Não	1	R\$ 777.800,0000	R\$ 777.800,0000	22/05/2014 17:42:53
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT.							
03.105.082/0001-27	AVX-SISTEMA DE GESTAO INTEGRADO E PROJETOS LTDA.	Não	Não	1	R\$ 778.000,0000	R\$ 778.000,0000	21/05/2014 11:12:14

<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT.							
11.108.001/0001-70	EDITAL SERVICOS E CONSTRUÇOES LTDA - EPP	Sim	Sim	1	R\$ 778.960,0000	R\$ 778.960,0000	23/05/2014 07:59:27
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de Serviços de Telefonista Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
07.228.643/0001-36	IVAN LUIZ FONTES SOBRINHO	Não	Não	1	R\$ 778.967,0000	R\$ 778.967,0000	22/05/2014 17:42:18
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
18.936.667/0001-66	JL SERVICOS INTEGRADOS LTDA - ME	Sim	Sim	1	R\$ 778.967,0000	R\$ 778.967,0000	23/05/2014 08:05:11
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
06.091.637/0001-17	WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA - ME	Sim	Não	1	R\$ 778.967,9500	R\$ 778.967,9500	13/05/2014 15:10:11
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
04.552.404/0001-49	ADCON ADMINISTRACAO E CONSERVACAO LTDA	Não	Não	1	R\$ 778.967,9500	R\$ 778.967,9500	21/05/2014 16:28:10
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
10.682.187/0001-04	INELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA - EPP	Sim	Não	1	R\$ 778.967,9500	R\$ 778.967,9500	23/05/2014 11:40:05
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
06.189.991/0001-89	ENFEMED SAUDE E SERVICOS LTDA - EPP	Sim	Não	1	R\$ 780.000,0000	R\$ 780.000,0000	20/05/2014 17:29:49
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
11.135.051/0001-47	AMJ TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - EPP	Sim	Sim	1	R\$ 802.000,0000	R\$ 802.000,0000	22/05/2014 16:18:10
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT.							
04.558.234/0001-00	AMAZON CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA - ME	Sim	Não	1	R\$ 896.707,3200	R\$ 896.707,3200	22/05/2014 11:33:05
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT.							
19.448.658/0001-99	LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME	Sim	Sim	1	R\$ 946.100,0000	R\$ 946.100,0000	23/05/2014 11:16:12
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT.							
07.200.004/0001-62	PROGRESSO CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA - EPP	Sim	Não	1	R\$ 1.000.000,0000	R\$ 1.000.000,0000	14/05/2014 15:10:14
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT							

08.878.823/0001-26	NOVA PLANALTO SERVICOS GERAIS LTDA - EPP	Sim	Sim	1	R\$ 1.000.000,0000	R\$ 1.000.000,0000	21/05/2014 16:08:47
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT							
38.054.508/0001-45	FORTALEZA - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP	Sim	Sim	1	R\$ 1.000.000,0000	R\$ 1.000.000,0000	23/05/2014 13:57:10
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
00.588.541/0001-82	IPANEMA EMPRESA DE SERVICOS GERAIS E TRANSPORTES LTDA	Não	Não	1	R\$ 1.024.172,0400	R\$ 1.024.172,0400	22/05/2014 17:36:01
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
00.482.840/0001-38	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Não	Não	1	R\$ 1.076.069,0600	R\$ 1.076.069,0600	22/05/2014 11:42:28
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.							
13.785.623/0001-69	ATIVA RECURSOS HUMANOS LTDA - ME	Sim	Sim	1	R\$ 1.080.000,0000	R\$ 1.080.000,0000	23/05/2014 13:22:51
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT.							
04.477.223/0001-03	PERSONNALITE SOLUCOES ADMINISTRATIVAS LTDA - EPP	Sim	Sim	1	R\$ 1.200.000,0000	R\$ 1.200.000,0000	13/05/2014 08:21:24
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT.							
05.058.935/0001-42	INTERATIVA- DEDETIZACAO, HIGIENIZACAO E CONSERVACAO LTDA	Não	Não	1	R\$ 1.200.000,0000	R\$ 1.200.000,0000	21/05/2014 15:11:32
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS							
09.072.538/0001-86	SATURNY - ADMINISTRACAO E LIMPEZA LTDA - ME	Sim	Sim	1	R\$ 1.200.000,0000	R\$ 1.200.000,0000	22/05/2014 13:54:08
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT.							
00.478.727/0001-89	AGROSERVICE EMPREENDEITORA AGRICOLA LTDA	Não	Não	1	R\$ 1.300.000,0000	R\$ 1.300.000,0000	23/05/2014 08:48:21
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT							
12.978.443/0001-30	PRIME CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME	Sim	Não	1	R\$ 1.320.110,1000	R\$ 1.320.110,1000	23/05/2014 11:47:02
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT.							
07.548.828/0001-28	DISKLIMPEZA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	Não	Não	1	R\$ 1.500.000,0000	R\$ 1.500.000,0000	21/05/2014 15:33:08
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT.							
10.917.822/0001-95	UNIVERSO SOLUCOES TECNICAS LTDA - ME	Sim	Não	1	R\$ 1.800.000,0000	R\$ 1.800.000,0000	22/05/2014 17:21:22

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

09.370.244/0001-30	DEFENDER	Não	Não	1	R\$ 2.000.000,0000	R\$ 2.000.000,0000	23/05/2014
	CONSERVACAO E						09:14:53
	LIMPEZA LTDA						

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do MPDFT.

**Lances** (Obs: lances com \* na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 734.117,8800	13.062.767/0001-97	23/05/2014 14:04:20:787
R\$ 700.000,0000	12.092.312/0001-51	23/05/2014 14:04:20:787
R\$ 777.800,0000	04.416.687/0001-00	23/05/2014 14:04:20:793
R\$ 768.833,6400	11.786.796/0001-76	23/05/2014 14:04:20:793
R\$ 778.000,0000	03.105.082/0001-27	23/05/2014 14:04:20:807
R\$ 778.967,9500	06.091.637/0001-17	23/05/2014 14:04:20:810
R\$ 778.967,0000	07.228.643/0001-36	23/05/2014 14:04:20:810
R\$ 778.967,0000	18.936.667/0001-66	23/05/2014 14:04:20:810
R\$ 778.960,0000	11.108.001/0001-70	23/05/2014 14:04:20:810
R\$ 780.000,0000	06.189.991/0001-89	23/05/2014 14:04:20:813
R\$ 778.967,9500	04.552.404/0001-49	23/05/2014 14:04:20:813
R\$ 778.967,9500	10.682.187/0001-04	23/05/2014 14:04:20:813
R\$ 1.000.000,0000	07.200.004/0001-62	23/05/2014 14:04:20:820
R\$ 946.100,0000	19.448.658/0001-99	23/05/2014 14:04:20:820
R\$ 896.707,3200	04.558.234/0001-00	23/05/2014 14:04:20:820
R\$ 802.000,0000	11.135.051/0001-47	23/05/2014 14:04:20:820
R\$ 1.000.000,0000	08.878.823/0001-26	23/05/2014 14:04:20:823
R\$ 1.000.000,0000	38.054.508/0001-45	23/05/2014 14:04:20:823
R\$ 1.080.000,0000	13.785.623/0001-69	23/05/2014 14:04:20:833
R\$ 1.076.069,0600	00.482.840/0001-38	23/05/2014 14:04:20:833
R\$ 1.024.172,0400	00.588.541/0001-82	23/05/2014 14:04:20:833
R\$ 2.000.000,0000	09.370.244/0001-30	23/05/2014 14:04:20:840
R\$ 1.800.000,0000	10.917.822/0001-95	23/05/2014 14:04:20:840
R\$ 1.500.000,0000	07.548.828/0001-28	23/05/2014 14:04:20:840
R\$ 1.320.110,1000	12.978.443/0001-30	23/05/2014 14:04:20:840
R\$ 1.300.000,0000	00.478.727/0001-89	23/05/2014 14:04:20:840
R\$ 1.200.000,0000	04.477.223/0001-03	23/05/2014 14:04:20:840
R\$ 1.200.000,0000	05.058.935/0001-42	23/05/2014 14:04:20:840
R\$ 1.200.000,0000	09.072.538/0001-86	23/05/2014 14:04:20:840
R\$ 845.932,2000	00.588.541/0001-82	23/05/2014 14:37:09:070
R\$ 767.138,8600	04.416.687/0001-00	23/05/2014 14:39:09:910
R\$ 800.000,0000	00.478.727/0001-89	23/05/2014 14:39:23:483
R\$ 900.000,0000	19.448.658/0001-99	23/05/2014 14:39:47:670
R\$ 800.000,0000	07.200.004/0001-62	23/05/2014 14:39:52:650
R\$ 922.350,0000	07.548.828/0001-28	23/05/2014 14:42:22:123
R\$ 779.999,9900	19.448.658/0001-99	23/05/2014 14:43:28:223
R\$ 945.000,0000	13.785.623/0001-69	23/05/2014 14:43:43:150
R\$ 765.870,1500	06.091.637/0001-17	23/05/2014 14:44:21:823
R\$ 778.000,0000	38.054.508/0001-45	23/05/2014 14:44:30:003
R\$ 768.999,0000	19.448.658/0001-99	23/05/2014 14:45:18:220
R\$ 775.800,0000	11.108.001/0001-70	23/05/2014 14:45:30:600
R\$ 765.000,0000	38.054.508/0001-45	23/05/2014 14:45:48:587
R\$ 777.400,0000	10.682.187/0001-04	23/05/2014 14:46:40:820
R\$ 734.000,0000	38.054.508/0001-45	23/05/2014 14:46:45:230
R\$ 896.000,0000	10.917.822/0001-95	23/05/2014 14:47:30:510
R\$ 765.999,9900	19.448.658/0001-99	23/05/2014 14:47:34:910
R\$ 734.100,0000	06.189.991/0001-89	23/05/2014 14:47:53:570
R\$ 764.999,0000	19.448.658/0001-99	23/05/2014 14:48:21:490
R\$ 776.179,2700	04.552.404/0001-49	23/05/2014 14:48:39:193
R\$ 767.137,0000	10.682.187/0001-04	23/05/2014 14:48:42:053

R\$ 895.000,0000	10.917.822/0001-95	23/05/2014 14:48:44:503
R\$ 765.000,0000	09.370.244/0001-30	23/05/2014 14:48:50:593
R\$ 764.000,0000	04.552.404/0001-49	23/05/2014 14:49:58:020
R\$ 763.990,0000	10.682.187/0001-04	23/05/2014 14:50:44:903
R\$ 800.000,0000	08.878.823/0001-26	23/05/2014 14:50:52:083
R\$ 762.890,0000	19.448.658/0001-99	23/05/2014 14:51:11:627
R\$ 763.900,0000	04.552.404/0001-49	23/05/2014 14:51:18:607
R\$ 762.500,0000	04.552.404/0001-49	23/05/2014 14:51:47:130
R\$ 797.169,6000	12.978.443/0001-30	23/05/2014 14:51:52:513
R\$ 762.889,9900	10.682.187/0001-04	23/05/2014 14:51:57:090
R\$ 762.000,0000	19.448.658/0001-99	23/05/2014 14:52:12:133
R\$ 762.490,0000	08.878.823/0001-26	23/05/2014 14:52:24:803
R\$ 761.800,0000	04.552.404/0001-49	23/05/2014 14:52:33:787
R\$ 761.500,0000	19.448.658/0001-99	23/05/2014 14:52:52:720
R\$ 761.300,0000	04.552.404/0001-49	23/05/2014 14:53:24:577
R\$ 761.000,0000	19.448.658/0001-99	23/05/2014 14:53:36:633
R\$ 733.999,9900	08.878.823/0001-26	23/05/2014 14:53:53:673
R\$ 760.900,0000	04.552.404/0001-49	23/05/2014 14:53:56:240
R\$ 733.900,0000	38.054.508/0001-45	23/05/2014 14:54:06:170
R\$ 760.000,0000	19.448.658/0001-99	23/05/2014 14:54:34:487
R\$ 759.900,0000	04.552.404/0001-49	23/05/2014 14:54:47:443
R\$ 743.882,0800	11.135.051/0001-47	23/05/2014 14:54:48:387
R\$ 761.508,6000	11.786.796/0001-76	23/05/2014 14:55:07:693
R\$ 796.000,0000	07.200.004/0001-62	23/05/2014 14:56:14:480
R\$ 734.100,0000	09.370.244/0001-30	23/05/2014 14:56:49:270
R\$ 733.999,0000	08.878.823/0001-26	23/05/2014 14:57:02:973
R\$ 733.950,0000	06.189.991/0001-89	23/05/2014 14:57:08:850
R\$ 758.343,2200	06.091.637/0001-17	23/05/2014 15:00:59:817
R\$ 759.000,0000	19.448.658/0001-99	23/05/2014 15:02:03:380
R\$ 733.900,0000	08.878.823/0001-26	23/05/2014 15:02:31:660
R\$ 733.500,0000	38.054.508/0001-45	23/05/2014 15:04:04:763
R\$ 758.000,0000	19.448.658/0001-99	23/05/2014 15:10:17:090

**Desempate de Lances ME/EPP**

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
13.062.767/0001-97	18/07/2014 16:12:45:310	18/07/2014 16:17:45:310	Tempo para envio de lance expirou	-
11.135.051/0001-47	18/07/2014 16:18:35:627	18/07/2014 16:23:35:627	Tempo para envio de lance expirou	-
19.448.658/0001-99	18/07/2014 16:24:12:077	18/07/2014 16:29:12:077	Tempo para envio de lance expirou	-
11.786.796/0001-76	18/07/2014 16:29:35:280	18/07/2014 16:34:35:280	Tempo para envio de lance expirou	-

**Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Aberto	23/05/2014 14:35:28	Item aberto.
Iminência de Encerramento	23/05/2014 14:42:38	Batida iminente. Data/hora iminência: 23/05/2014 14:47:38.
Encerrado	23/05/2014 15:15:41	Item encerrado
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	23/05/2014 15:24:46	Convocado para envio de anexo o fornecedor OCEANUM EMPREEDIMENTOS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 12.092.312/0001-51.
Recusa	28/05/2014 17:04:05	Recusa da proposta. Fornecedor: OCEANUM EMPREEDIMENTOS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 12.092.312/0001-51, pelo melhor lance de R\$ 700.000,0000. Motivo: As demonstrações contábeis apresentadas pela empresa apresentam impropriedades técnico-científicas, além da não observância das normas contábeis do Conselho Federal de Contabilidade e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, não atendendo ao exigido no tópico 2.3 do Cap. X do Edital.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	28/05/2014 17:04:05	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor OCEANUM EMPREEDIMENTOS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 12.092.312/0001-51.



Abertura do prazo de Convocação - Anexo	28/05/2014 17:04:21	Convocado para envio de anexo o fornecedor FORTALEZA - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 38.054.508/0001-45.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	28/05/2014 17:51:16	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor FORTALEZA - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 38.054.508/0001-45.
Recusa	25/06/2014 16:31:23	Recusa da proposta. Fornecedor: FORTALEZA - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 38.054.508/0001-45, pelo melhor lance de R\$ 733.500,0000. Motivo: Empresa desclassificada por não preencher os requisitos da Lei Complementar 123/2006, por não se enquadrar na condição de ME/EPP e ter registrado equivocadamente a referida condição.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	25/06/2014 16:31:46	Convocado para envio de anexo o fornecedor NOVA PLANALTO SERVICOS GERAIS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 08.878.823/0001-26.
Recusa	07/07/2014 16:31:51	Recusa da proposta. Fornecedor: NOVA PLANALTO SERVICOS GERAIS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 08.878.823/0001-26, pelo melhor lance de R\$ 733.900,0000. Motivo: Empresa desclassificada por não preencher os requisitos da Lei Complementar 123/2006, por não se enquadrar na condição de ME/EPP e ter registrado a referida condição.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	07/07/2014 16:31:51	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor NOVA PLANALTO SERVICOS GERAIS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 08.878.823/0001-26.
Volta de Fase	07/07/2014 16:32:42	Item retornou para a fase de desempate ME/EPP.
Início do desempate	07/07/2014 16:32:44	Item está em 1º desempate, aguardando lance.
Encerramento do desempate	07/07/2014 16:37:53	Item teve o 1º desempate ME/EPP encerrado às 16:37:44 de 07/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AC SERVICOS TERCEIRIZADOS E ZELADORIA LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 13062767000197
Início do desempate	07/07/2014 16:37:53	Item está em 2º desempate, aguardando lance.
Encerramento do desempate	07/07/2014 16:44:13	Item teve o 2º desempate ME/EPP encerrado às 16:42:53 de 07/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AMJ TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - EPP, CNPJ/CPF: 11135051000147
Início do desempate	07/07/2014 16:44:14	Item está em 3º desempate, aguardando lance.
Encerramento do desempate	07/07/2014 16:49:31	Item teve o 3º desempate ME/EPP encerrado às 16:49:14 de 07/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 19448658000199
Início do desempate	07/07/2014 16:49:31	Item está em 4º desempate, aguardando lance.
Encerramento do desempate	07/07/2014 16:54:39	Item teve o 4º desempate ME/EPP encerrado às 16:54:31 de 07/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor ONA SERVICOS E SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI - ME, CNPJ/CPF: 11786796000176
Encerrado	07/07/2014 16:54:39	Item encerrado
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	07/07/2014 16:58:27	Convocado para envio de anexo o fornecedor ENFEMED SAUDE E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 06.189.991/0001-89.
Recusa	11/07/2014 16:34:36	Recusa da proposta. Fornecedor: ENFEMED SAUDE E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 06.189.991/0001-89, pelo melhor lance de R\$ 733.950,0000. Motivo: Empresa desclassificada por, mesmo após formalmente oficiada, não apresentar proposta e documentação, estando esta sujeita às penalidades disposta no Capítulo XIII do Edital, após abertura do devido Processo Administrativo.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	11/07/2014 16:34:36	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor ENFEMED SAUDE E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 06.189.991/0001-89.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	11/07/2014 16:34:56	Convocado para envio de anexo o fornecedor DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, CNPJ/CPF: 09.370.244/0001-30.
Volta de Fase	18/07/2014 16:04:57	Item retornou para a fase de desempate ME/EPP.
Início do desempate	18/07/2014 16:04:57	Item está em 1º desempate, aguardando lance.
Encerramento do desempate	18/07/2014 16:10:13	Item teve o 1º desempate ME/EPP encerrado às 16:09:57 de 18/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AC SERVICOS TERCEIRIZADOS E ZELADORIA LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 13062767000197
Início do desempate	18/07/2014 16:10:13	Item está em 2º desempate, aguardando lance.
Volta de Fase	18/07/2014 16:12:33	Item retornou para a fase de desempate ME/EPP.

Início do desempate	18/07/2014 16:12:45	Item está em 1º desempate, aguardando lance.
Encerramento do desempate	18/07/2014 16:18:35	Item teve o 1º desempate ME/EPP encerrado às 16:17:45 de 18/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AC SERVICOS TERCEIRIZADOS E ZELADORIA LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 13062767000197
Início do desempate	18/07/2014 16:18:35	Item está em 2º desempate, aguardando lance.
Encerramento do desempate	18/07/2014 16:24:12	Item teve o 2º desempate ME/EPP encerrado às 16:23:35 de 18/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AMJ TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - EPP, CNPJ/CPF: 11135051000147
Início do desempate	18/07/2014 16:24:12	Item está em 3º desempate, aguardando lance.
Encerramento do desempate	18/07/2014 16:29:35	Item teve o 3º desempate ME/EPP encerrado às 16:29:12 de 18/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 19448658000199
Início do desempate	18/07/2014 16:29:35	Item está em 4º desempate, aguardando lance.
Encerramento do desempate	18/07/2014 16:34:42	Item teve o 4º desempate ME/EPP encerrado às 16:34:35 de 18/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor ONA SERVICOS E SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI - ME, CNPJ/CPF: 11786796000176
Encerrado	18/07/2014 16:34:42	Item encerrado
Aceite	18/07/2014 16:37:57	Aceite individual da proposta. Fornecedor: DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, CNPJ/CPF: 09.370.244/0001-30, pelo melhor lance de R\$ 734.100,0000 e com valor negociado a R\$ 733.545,7200. Motivo: Valor ajustado conforme proposta apresentada pela empresa.
Habilitado	18/07/2014 16:38:19	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA - CNPJ/CPF: 09.370.244/0001-30
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	18/07/2014 17:08:31	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, CNPJ/CPF: 09.370.244/0001-30.

**Não existem intenções de recurso para o item**

#### Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Pregoeiro	23/05/2014 14:04:47	Srs. licitantes, boa tarde!
Pregoeiro	23/05/2014 14:05:14	Daremos início à análise das propostas e logo em seguida será realizada a etapa de lances. Permaneçam logados!
Pregoeiro	23/05/2014 14:33:20	Srs. Licitantes, em alguns instantes daremos início à etapa de lances.
Pregoeiro	23/05/2014 14:34:20	Antes, algumas considerações:
Pregoeiro	23/05/2014 14:34:33	Tendo em vista diversos problemas, neste Ministério Público, quando da exceção contratual por parte de algumas empresas, solicito aos Senhores bastante atenção em relação aos lances que serão ofertados, bem como todas as determinações e exigências do Edital.
Pregoeiro	23/05/2014 14:34:55	Considerem a responsabilidade que será assumida pelos Senhores diante da Administração Pública, consequentemente diante da população que direta ou indiretamente será beneficiada pelos serviços que serão prestados.
Pregoeiro	23/05/2014 14:36:03	Diante destas considerações, o item está aberto para lances!
Sistema	23/05/2014 14:42:38	O(s) Item(ns) 1 está(ão) em iminência até 14:47 de 23/05/2014, após isso entrará(ão) no encerramento aleatório.
Pregoeiro	23/05/2014 14:43:04	Antes, algumas considerações:
Pregoeiro	23/05/2014 14:43:24	Srs. Licitantes, Independentemente da existência de lance ou proposta com valor inferior ofertado por outras empresas, não deixem de cotar seus lances vez que as propostas vencedoras serão objeto de rigorosa análise, podendo resultar em desclassificação.
Pregoeiro	23/05/2014 14:45:14	Lembro que somente serão aceitos valores que estejam dentro do Preço Estimado.
Pregoeiro	23/05/2014 14:48:32	Srs. Licitantes, o item encontra-se em encerramento aleatório e pode fechar a qualquer instante.
Pregoeiro	23/05/2014 14:54:19	Mais uma vez lembro que as propostas com preços acima do estimado não serão aceitas!!
Pregoeiro	23/05/2014 14:55:00	Licitantes com preços acima do estimado, revejam seus preços!!



Sistema	23/05/2014 15:15:53	Srs. Fornecedores, todos os itens estão encerrados. Será iniciada a fase de aceitação das propostas. Favor acompanhar através da consulta "Acompanha aceitação/habilitação/admissibilidade"
Pregoeiro	23/05/2014 15:17:48	Sr. licitante ofertante do menor preço, favor encaminhar sua proposta adequada ao lance ofertado e documentação pelo link "Convocar anexo" do sistema, pelo email pregaoeletronico@mpdft.gov.br ou pelo fax (61) 33215926.
Pregoeiro	23/05/2014 15:19:42	Favor observar toda a documentação exigida em edital como: Proposta com a Planilha de Custos, Declaração de Fatos Impeditivos, Declaração de Menor, Declaração de Parentesco, Declaração de Elaboração Independente de Proposta, Contrato Social, Declaração de Falsidade e Concordata, Balanço Patrimonial, Formulário com os dados para assinatura do instrumento contratual.
Pregoeiro	23/05/2014 15:20:09	Esta sessão será suspensa neste momento para recebimento e análise da documentação.
Pregoeiro	23/05/2014 15:21:49	Acompanhem prosseguimento do certame neste mesmo site.
Pregoeiro	23/05/2014 15:22:00	Obrigada pela participação e boa tarde a todos.
Sistema	23/05/2014 15:24:46	Senhor fornecedor OCEANUM EMPREEDIMENTOS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 12.092.312/0001-51, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	23/05/2014 15:26:24	Esta sessão será suspensa neste momento para recebimento e análise da documentação.
Sistema	28/05/2014 17:04:05	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação do Fornecedor
Sistema	28/05/2014 17:04:21	Senhor fornecedor FORTALEZA - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 38.054.508/0001-45, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	28/05/2014 17:51:16	Senhor Pregoeiro, o fornecedor FORTALEZA - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 38.054.508/0001-45, enviou o anexo para o item 1.
Sistema	25/06/2014 16:31:46	Senhor fornecedor NOVA PLANALTO SERVICOS GERAIS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 08.878.823/0001-26, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	07/07/2014 16:31:51	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação do Fornecedor
Sistema	07/07/2014 16:32:44	Sr. Fornecedor AC SERVICOS TERCEIRIZADOS E ZELADORIA LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 13062767000197, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:37:44 de 07/07/2014.
Sistema	07/07/2014 16:37:53	O item 1 teve o 1º desempate ME/EPP encerrado às 16:37:44 de 07/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AC SERVICOS TERCEIRIZADOS E ZELADORIA LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 13062767000197
Sistema	07/07/2014 16:37:53	Sr. Fornecedor AMJ TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - EPP, CNPJ/CPF: 11135051000147, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:42:53 de 07/07/2014.
Sistema	07/07/2014 16:44:13	O item 1 teve o 2º desempate ME/EPP encerrado às 16:42:53 de 07/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AMJ TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - EPP, CNPJ/CPF: 11135051000147
Sistema	07/07/2014 16:44:14	Sr. Fornecedor LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 19448658000199, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:49:14 de 07/07/2014.
Sistema	07/07/2014 16:49:31	O item 1 teve o 3º desempate ME/EPP encerrado às 16:49:14 de 07/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 19448658000199
Sistema	07/07/2014 16:49:31	Sr. Fornecedor ONA SERVICOS E SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI - ME, CNPJ/CPF: 11786796000176, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:54:31 de 07/07/2014.
Sistema	07/07/2014 16:54:39	O item 1 teve o 4º desempate ME/EPP encerrado às 16:54:31 de 07/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor ONA SERVICOS E SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI - ME, CNPJ/CPF: 11786796000176
Sistema	07/07/2014 16:54:39	Srs. Fornecedores, favor acompanhar aceitação das propostas através da consulta "Acompanha aceitação/habilitação/admissibilidade"
Sistema	07/07/2014 16:58:27	Senhor fornecedor ENFEMED SAUDE E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 06.189.991/0001-89, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	11/07/2014 16:34:36	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação do Fornecedor
Sistema	11/07/2014 16:34:56	Senhor fornecedor DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, CNPJ/CPF: 09.370.244/0001-30, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	18/07/2014 16:04:57	Sr. Fornecedor AC SERVICOS TERCEIRIZADOS E ZELADORIA LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 13062767000197, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:09:57 de 18/07/2014.

Sistema	18/07/2014 16:10:13	O item 1 teve o 1º desempate ME/EPP encerrado às 16:09:57 de 18/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AC SERVICOS TERCEIRIZADOS E ZELADORIA LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 13062767000197
Sistema	18/07/2014 16:10:13	Sr. Fornecedor AMJ TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - EPP, CNPJ/CPF: 11135051000147, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:15:13 de 18/07/2014.
Sistema	18/07/2014 16:12:45	Sr. Fornecedor AC SERVICOS TERCEIRIZADOS E ZELADORIA LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 13062767000197, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:17:45 de 18/07/2014.
Sistema	18/07/2014 16:18:35	O item 1 teve o 1º desempate ME/EPP encerrado às 16:17:45 de 18/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AC SERVICOS TERCEIRIZADOS E ZELADORIA LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 13062767000197
Sistema	18/07/2014 16:18:35	Sr. Fornecedor AMJ TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - EPP, CNPJ/CPF: 11135051000147, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:23:35 de 18/07/2014.
Sistema	18/07/2014 16:24:12	O item 1 teve o 2º desempate ME/EPP encerrado às 16:23:35 de 18/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AMJ TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI - EPP, CNPJ/CPF: 11135051000147
Sistema	18/07/2014 16:24:12	Sr. Fornecedor LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 19448658000199, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:29:12 de 18/07/2014.
Sistema	18/07/2014 16:29:35	O item 1 teve o 3º desempate ME/EPP encerrado às 16:29:12 de 18/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 19448658000199
Sistema	18/07/2014 16:29:35	Sr. Fornecedor ONA SERVICOS E SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI - ME, CNPJ/CPF: 11786796000176, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:34:35 de 18/07/2014.
Sistema	18/07/2014 16:34:42	O item 1 teve o 4º desempate ME/EPP encerrado às 16:34:35 de 18/07/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor ONA SERVICOS E SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI - ME, CNPJ/CPF: 11786796000176
Sistema	18/07/2014 16:34:42	Srs. Fornecedores, favor acompanhar aceitação das propostas através da consulta "Acompanha aceitação/habilitação/admissibilidade"
Sistema	18/07/2014 16:38:19	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado na aceitação'.
Pregoeiro	18/07/2014 16:38:37	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 18/07/2014 às 17:08:00.

**Eventos do Pregão**

<b>Evento</b>	<b>Data/Hora</b>	<b>Observações</b>
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	20/05/2014 16:51:52	Pregoeiro Anterior: 80326200100-ANA LUISA CARDOSO ZARDIM . Pregoeiro Atual: 76452190172-MARLI DE SOUSA REGO . Justificativa: Necessidade de serviço.
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	20/05/2014 16:58:49	Pregoeiro Anterior: 80326200100-ANA LUISA CARDOSO ZARDIM . Pregoeiro Atual: 76452190172-MARLI DE SOUSA REGO . Justificativa: Necessidade de serviço.
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	20/05/2014 16:58:49	Pregoeiro Anterior: 80326200100-ANA LUISA CARDOSO ZARDIM . Pregoeiro Atual: 76452190172-MARLI DE SOUSA REGO . Justificativa: Necessidade de serviço.
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	21/05/2014 17:50:47	Pregoeiro Anterior: 76452190172-MARLI DE SOUSA REGO . Pregoeiro Atual: 80326200100-ANA LUISA CARDOSO ZARDIM . Justificativa: Necessidade de serviço.
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	23/05/2014 14:14:30	Pregoeiro Anterior: 80326200100-ANA LUISA CARDOSO ZARDIM . Pregoeiro Atual: 76452190172-MARLI DE SOUSA REGO . Justificativa: Necessidade de serviço.
Suspensão Administrativa	23/05/2014 17:33:11	Previsão de Reabertura: 27/05/2014 16:30:00. Motivo: Para recebimento e análise de documentação. Informamos que no dia e hora marcados para reabertura da sessão poderão ser realizadas a aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo para intenção de recurso, devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes.
Reativado	27/05/2014 16:35:18	
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	27/05/2014 16:36:14	Pregoeiro Anterior: 76452190172-MARLI DE SOUSA REGO . Pregoeiro Atual: 80326200100-ANA LUISA CARDOSO ZARDIM . Justificativa: Necessidade de serviço.

Suspensão Administrativa	27/05/2014 16:37:44	Previsão de Reabertura: 28/05/2014 17:00:00. Motivo: Suspensão Adm. para análise de documentos. Informamos que no dia e hora marcados para reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo para intenção de recurso,devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes.
Reativado	28/05/2014 17:00:05	
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	28/05/2014 17:00:47	Pregoeiro Anterior: 80326200100-ANA LUISA CARDOSO ZARDIM . Pregoeiro Atual: 76452190172-MARLI DE SOUSA REGO . Justificativa: Necessidade de serviço.
Suspensão Administrativa	28/05/2014 17:42:10	Previsão de Reabertura: 29/05/2014 17:00:00. Motivo: Para recebimento e análise de documentação. Informamos que no dia e hora marcados para reabertura da sessão poderão ser realizadas a aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo para intenção de recurso, devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes.
Reativado	29/05/2014 17:06:03	
Suspensão Administrativa	29/05/2014 17:08:16	Previsão de Reabertura: 03/06/2014 16:00:00. Motivo: Susp. adm p/análise de docum. Informamos que no dia e hora marcados p/reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta,habilitação e abertura/fechamento do prazo p/intenção de recurso,devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes interessados.
Reativado	03/06/2014 16:01:25	
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	03/06/2014 16:02:24	Pregoeiro Anterior: 76452190172-MARLI DE SOUSA REGO . Pregoeiro Atual: 80326200100-ANA LUISA CARDOSO ZARDIM . Justificativa: Necessidade de serviço.
Suspensão Administrativa	03/06/2014 16:03:53	Previsão de Reabertura: 05/06/2014 16:30:00. Motivo: Suspensão Adm. para análise de documentos. Informamos que no dia e hora marcados para reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo para intenção de recurso,devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes.
Reativado	05/06/2014 16:31:39	
Suspensão Administrativa	05/06/2014 16:33:11	Previsão de Reabertura: 09/06/2014 16:30:00. Motivo: Suspensão Adm. para análise de documentos. Informamos que no dia e hora marcados para reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo para intenção de recurso,devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes.
Reativado	09/06/2014 16:30:15	
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	09/06/2014 16:30:40	Pregoeiro Anterior: 80326200100-ANA LUISA CARDOSO ZARDIM . Pregoeiro Atual: 76452190172-MARLI DE SOUSA REGO . Justificativa: Necessidade de serviço.
Suspensão Administrativa	09/06/2014 16:31:29	Previsão de Reabertura: 11/06/2014 16:00:00. Motivo: Susp. adm p/análise de docum. Informamos que no dia e hora marcados p/reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta,habilitação e abertura/fechamento do prazo p/intenção de recurso,devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes interessados.
Reativado	11/06/2014 16:01:09	
Suspensão Administrativa	11/06/2014 16:01:43	Previsão de Reabertura: 13/06/2014 16:00:00. Motivo: Susp. adm p/análise de docum. Informamos que no dia e hora marcados p/reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta,habilitação e abertura/fechamento do prazo p/intenção de recurso,devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes interessados.
Reativado	13/06/2014 16:08:13	
Suspensão Administrativa	13/06/2014 16:09:27	Previsão de Reabertura: 16/06/2014 16:00:00. Motivo: Susp. adm p/análise de docum. Informamos que no dia e hora marcados p/reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta,habilitação e abertura/fechamento do prazo p/intenção de recurso,devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes interessados.
Reativado	16/06/2014 16:00:07	
Suspensão Administrativa	16/06/2014 16:01:05	Previsão de Reabertura: 18/06/2014 16:00:00. Motivo: Susp. adm p/análise de docum. Informamos que no dia e hora marcados p/reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta,habilitação e abertura/fechamento do prazo p/intenção de recurso,devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes interessados.
Reativado	18/06/2014 16:00:29	
Suspensão Administrativa	18/06/2014 16:01:19	Previsão de Reabertura: 20/06/2014 16:00:00. Motivo: Susp. adm p/análise de docum. Informamos que no dia e hora marcados p/reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta,habilitação e abertura/fechamento do prazo p/intenção de recurso,devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes interessados.
Reativado	20/06/2014 16:00:03	

Suspensão Administrativa	20/06/2014 16:01:40	Previsão de Reabertura: 24/06/2014 16:30:00. Motivo: Susp. adm p/análise de docum. Informamos que no dia e hora marcados p/reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo p/intenção de recurso, devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes interessados.
Reativado	24/06/2014 16:36:57	
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	24/06/2014 16:38:16	Pregoeiro Anterior: 76452190172-MARLI DE SOUSA REGO . Pregoeiro Atual: 80326200100-ANA LUISA CARDOSO ZARDIM . Justificativa: Necessidade de serviço.
Suspensão Administrativa	24/06/2014 16:39:24	Previsão de Reabertura: 25/06/2014 16:30:00. Motivo: Suspensão Adm. para análise de documentos. Informamos que no dia e hora marcados para reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo para intenção de recurso, devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes.
Reativado	25/06/2014 16:30:04	
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	25/06/2014 16:30:48	Pregoeiro Anterior: 80326200100-ANA LUISA CARDOSO ZARDIM . Pregoeiro Atual: 76452190172-MARLI DE SOUSA REGO . Justificativa: Necessidade de serviço.
Suspensão Administrativa	25/06/2014 16:38:55	Previsão de Reabertura: 02/07/2014 16:30:00. Motivo: Para recebimento e análise de documentação. Informamos que no dia e hora marcados para reabertura da sessão poderão ser realizadas a aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo para intenção de recurso, devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes.
Reativado	02/07/2014 16:30:08	
Suspensão Administrativa	02/07/2014 16:30:58	Previsão de Reabertura: 07/07/2014 16:30:00. Motivo: Susp. adm p/análise de docum. Informamos que no dia e hora marcados p/reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo p/intenção de recurso, devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes interessados.
Reativado	07/07/2014 16:30:14	
Suspensão Administrativa	07/07/2014 17:14:13	Previsão de Reabertura: 11/07/2014 16:30:00. Motivo: Para recebimento e análise de documentação. Informamos que no dia e hora marcados para reabertura da sessão poderão ser realizadas a aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo para intenção de recurso, devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes.
Reativado	11/07/2014 16:32:36	
Suspensão Administrativa	11/07/2014 16:51:13	Previsão de Reabertura: 14/07/2014 16:00:00. Motivo: Para recebimento e análise de documentação. Informamos que no dia e hora marcados para reabertura da sessão poderão ser realizadas a aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo para intenção de recurso, devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes.
Reativado	14/07/2014 16:00:11	
Suspensão Administrativa	14/07/2014 16:01:04	Previsão de Reabertura: 15/07/2014 16:00:00. Motivo: Susp. adm p/análise de docum. Informamos que no dia e hora marcados p/reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo p/intenção de recurso, devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes interessados.
Reativado	15/07/2014 16:00:15	
Suspensão Administrativa	15/07/2014 16:03:08	Previsão de Reabertura: 18/07/2014 16:00:00. Motivo: Susp. adm p/análise de docum. Informamos que no dia e hora marcados p/reabertura da sessão poderão ser realizadas aceitação da proposta, habilitação e abertura/fechamento do prazo p/intenção de recurso, devendo o prosseguimento do certame ser acompanhado pelos licitantes interessados.
Reativado	18/07/2014 16:00:03	
Abertura de Prazo	18/07/2014 16:38:19	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	18/07/2014 16:38:37	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 18/07/2014 às 17:08:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 26, do Decreto 5450/2005. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 17:08 horas do dia 18 de julho de 2014, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

MARLI DE SOUSA REGO  
**Pregoeiro Oficial**

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM

**Equipe de Apoio**

---

ROSSANA PERES TORRES MAALEM

**Equipe de Apoio**

---

Imprimir o  
**Relatório****Voltar**



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**

Nº 00045/2014

Às 17:18 horas do dia 18 de julho de 2014, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. ANA LUCIA CARRIJO FERREIRA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 08190069434/14-42, Pregão nº 00045/2014.

**Resultado da Homologação**

**Item: 1**

**Descrição:** Prestação de Serviços de Telefonista

**Descrição Complementar:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento telefônico para atuar nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

**Tratamento Diferenciado:** -

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 1

**Unidade de fornecimento:** Serviço

**Valor estimado:** R\$ 778.967,9500

**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 734.100,0000 , com valor negociado a R\$ 733.545,7200 .

**Eventos do Item**

Evento	Data	Nome	Observações
Volta de Fase	07/07/2014 16:32:42	-	Item retornou para a fase de desempate ME/EPP.
Volta de Fase	18/07/2014 16:04:57	-	Item retornou para a fase de desempate ME/EPP.
Volta de Fase	18/07/2014 16:12:33	-	Item retornou para a fase de desempate ME/EPP.
Adjudicado	18/07/2014 17:09:57	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA, CNPJ/CPF: 09.370.244/0001-30, Melhor lance: R\$ 734.100,0000, Valor Negociado: R\$ 733.545,7200
Homologado	18/07/2014 17:18:46	ANA LUCIA CARRIJO FERREIRA	

**Fim do documento**